

868

MEJOSITO LEGAL  
-0. JUL. 1976



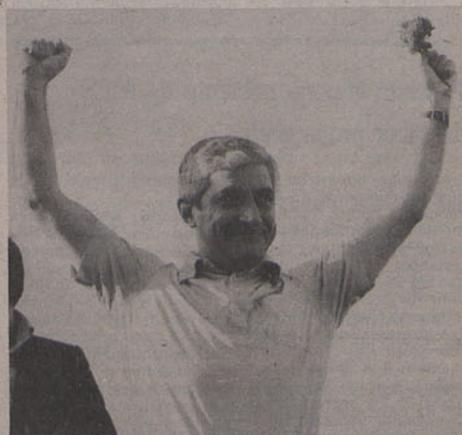
# Poder Popular

Director: Eduardo Ferro Rodrigues

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 43 2/8 de Junho de 1976 Preço 4\$00

**NORTE E SUL  
UM SÓ POVO  
UMA SÓ LUTA**



Está em curso um processo político de grande importância para o Povo português. A candidatura de Otel Saraiva de Carvalho deu já os primeiros e significativos passos no sentido de corresponder a um verdadeiro processo de unidade popular.

Por todo o País, de Norte a Sul, em fábricas, campos, escritórios, bairros e escolas, trabalhadores portugueses unem-se e organizam-se, independentemente dos partidos em que votam, cerrando fileiras em torno de uma candidatura que exprime os seus anseios de uma vida livre e digna.

Na Lisnave, como na Setenave, no Entroncamento como em Ovar, na Azambuja como em Coimbra, na cidade do Porto que assistiu à maior manifestação da sua história desde 1958 aquando da chegada de Humberto Delgado, tem sido de enorme amplitude a movimentação de massas em apoio da candidatura de unidade popular.

## **OTELO COM O POVO TRABALHADOR**

**Quarta-feira, 2**

**Algarve**

**Quinta-feira, 3**

**Sines**

**Sexta-feira, 4**

**Siderurgia Nacional  
e Moscavide**

**Sábado, 5**

**Cooperativas Agrícolas  
de Alcácer do Sal  
Lisboa, Festa Popular  
no Parque Eduardo VII**

**Domingo, 6**

**Alentejo**

# FUNÇÃO PÚBLICA — escalada reaccionária

Segundo o secretário de Estado da Administração Pública há 150 mil trabalhadores a mais na Função Pública e 80 mil retornados para lá meter.

Seguidamente surge-nos o Decreto-Lei 294/76, que já tinha sido precedido pela resolução anti-reuniões e pelo decreto antigreve de 5 de Abril, para já não falar no estatuto fascista que os membros dos sucessivos Governos Provi-

sórios se têm esquecido de revogar. Apesar da Constituição, continuam os membros do Governo a raciocinar em termos fascizantes, não se preocupando sequer em tomar em consideração a Constituição em vigor, Constituição que os partidos deles dizem apoiar.

Isto é tanto mais verdade quanto o Dec. 294/76 surge um dia antes da entrada em vigor da Constituição.

Serão os membros do Governo ignorantes da Constituição?

A luta contra o decreto injusto das diuturnidades, que acabou com uma derrota dos trabalhadores, mostrou também que não gostamos de injustiças, mas aí fomos derrotados. E fomos derrotados porque não estávamos suficientemente organizados.

Devemos dirigir a nossa luta para a exigência da aplicação por parte do Governo da Constituição. A aplicação da Constituição implica que o Estado fascista seja revogado. Implica que o Decreto 294/76, o dos adidos, o que vai talvez possibilitar que metade de nós sejamos postos em regime de meio ordenado (60 por cento), com possibilidade de muitos de nós virmos a ser despedidos, seja imediatamente revogado e não nos ameace constantemente com a redução de salário.

O Governo funciona como patrão. E está ao serviço dos patrões. Por isso agora tenta diminuir os impostos que eles pagam apresentando contas mais pequenas. Daí vai de dizer que há 150 mil funcionários a mais para poder apresentar contas mais pequenas.

O 294/76 vem ainda aumentar mais a repressão que existe contra os trabalhadores do Estado.

Já não falando da violação que é às normas da Constituição, vem dar aos chefes atribuições de bufos e impor um clima de subserviência, já que são os superiores hierárquicos que têm poder para considerar um trabalhador rentável. Ora o que é isto senão um atentado à democracia dos trabalhadores, ao socialismo de que se fala na Constituição?

Além disso vem criar um serviço que fiscalizará todo o aparelho do Estado e que irá



ter poder de decisão sobre todas as admissões de pessoal. O que é isto senão o abrir ao reino da cunha, ao oportunismo, e dar uma força tremenda a quem estiver à frente deste serviço?

Contra todas estas manobras que não visam senão des-

truir a força dos trabalhadores, temos que nos organizar para lutar. Só da nossa união organizada poderá sair a vitória dos trabalhadores.

**Funcionários Públicos do MES**

## Fascista impede militante do MES de fazer propaganda

No domingo, dia 30, quando militantes do MES vendiam como habitualmente a sua propaganda na estação de Cascais, foram instados por dois guardas da PSP a irem vender para fora da estação, por ordem do chefe da mesmal. É a primeira vez que isto aconteceu!

Quem é o chefe da estação? António de Sousa Abegão, 1.º secretário da Direcção fantoche do Sindicato dos ferroviários nos tempos de Salazar e Caetano, suspeito de ligações com a Pide. A direcção a que pertencia foi acusada de ter desviado 300 contos!

Um dos guardas da PSP quando «ousamos» discutir a ordem ameaçou que «qualquer dia vinha aí o 26

para acabar com o 25 de Abril!»

Segundo trabalhadores da Sociedade Estoril, o fascista Abegão não impedia os partidos da direita de venderem a sua propaganda mentirosa na estação mas apenas os da esquerda... E é precisamente quando propagandávamos a candidatura de Otelo que isto aconteceu, porque todos os fascistas e reacconários a temem e querem impedir os trabalhadores de a apoiarem!

Temos que denunciar e impedir que estas provocações se repitam!

Temos que escorraçar os fascistas onde quer que estejam.

Em frente com a candidatura de Otelo!

## HOTELARIA — uma nova fase à porta

O início das negociações para o novo contrato colectivo da indústria hoteleira, para o qual logo os trabalhadores do sector se haviam organizado iniciando a discussão do anteprojecto de contrato e realizando diversas reuniões para analisar o caso específico de cada ramo profissional, esteve já previsto para o dia 13 de Maio último; só que, a entidade patronal não apareceu.

O Estado, a mais importante entidade patronal representada no sector, argumentou que não estava ainda em condições de participar nas conversações. Para isso seria necessário estar em funcionamento o Instituto de Fomento de Turismo, que terá como função gerir todo o sector nacionalizado da hotelaria.

E o reflexo dessa desorganização do sector estatal é a situação dos seus trabalhadores, cujos direitos têm sido limitados pela não extensão (devido a uma portaria do ano passado) ao sector nacionalizado dos direitos contractuais aprovados em C.C.T., que se encontra em vigor desde Maio do ano último e que, conforme o provaram os trabalhadores, está a ser cum-

prido a 90 por cento pelo sector privado. E desde que o Governo declarou a hotelaria nacionalizada «em crise», não tem sido aplicado o contrato vigente.

Como os trabalhadores das empresas estatizadas do Algarve esperassem uma resposta do Governo no dia 17 sobre a aplicação da tabela salarial do C.C.T., e essa resposta não fosse positiva, apesar do Governo ter informado os trabalhadores que considerava justas as reivindicações apresentadas, e que o óbice para o acordo não seria o acréscimo de encargos daí resultante, foi decidida a entrada em greve progressiva a partir do dia 18 de Maio, afim de obrigar o patronato (neste caso o Governo) a cumprir a tabela salarial estipulada no contrato colectivo do sector.

A greve parcial progressiva, que contou com a enorme participação dos trabalhadores, durou até ao dia 23, conforme estabelecido, altura em que se tentariam novamente as conversações com o Estado. Se este mantivesse o silêncio, os trabalhadores estavam decididos a decretar uma greve total, a partir de 1 de Junho.

Este movimento grevista mobilizou (além do Algarve) também o sector sob intervenção estatal de Lisboa e de Setúbal, em luta igualmente pela equiparação contratual com os trabalhadores das empresas privadas e aplicação da mesma tabela salarial, já fixada em C.C.T.

Entretanto, os trabalhadores em plenário resolviam andar para a frente com a revisão e verticalização do actual contrato, admitindo desde logo uma concentração junto ao Ministério do Trabalho com o objectivo de levar as entidades patronais à mesa das negociações. Trata-se, diziam os trabalhadores, de repôr o seu poder de compra, diminuído pela alta do custo de vida, que no Algarve então é galopante.

A negociação do novo C.C.T., decidiram ainda nesse plenário os trabalhadores, teria de ser feita já na base da igualdade de situação de todos os trabalhadores do ramo, portanto, «quando os camaradas do sector estatizado estiverem em pé de igualdade com os camaradas do sector privado».

O esforço dos Sindicatos da zona Sul (Lisboa, Setúbal e

Algarve), assim, centrar-se-ia para já na resolução do problema do sector com intervenção estatal que pretende ver aplicado o contrato colectivo, e o novo contrato só se negociado quando todos os trabalhadores da indústria hoteleira se encontrarem nas mesmas condições, ou seja, quando as empresas sob intervenção estatal cumprirem o actual CCT.

Finalmente, a greve anunciada para o dia 1 de Junho que passou, caso o Governo permanecesse no seu mutismo, não chegou a realizar-se uma vez que o Governo, em reunião enter o subsecretário de Estado do Turismo e os delegados do Sindicato da Indústria Hoteleira de Faro e de Lisboa efectuada no dia anterior, concordou na aplicação do Contrato Colectivo de Trabalho a partir do dia 1 de Maio.

Resta aos trabalhadores hoteleiros permanecerem activos, agora que está aberto o campo para as negociações do novo contrato, vigiando um patronato que parece não estar muito disposto a sentar-se à respectiva mesa de negociação.

## I CONFERÊNCIA CONCELHIA DO MES EM FAFE

Realiza-se no próximo dia 10, 5.ª-feira, a I Conferência concelhia do MES, em Fafe.

Está prevista para as 10 horas daquele dia a abertura da Conferência sendo nela abordados, em diferentes secções, os seguintes temas:

### Temas de Formação e Intervenção

- O que é o MES
- O que o distingue do PCP e UDP
- Trabalho e meio operário
- Trabalho e meio moral
- Trabalho e meio cultural

### Temas da Região

- Camponato pobre
- Meio operário
- Juventude
- Cultura

ASSINATURA

## Poder Popular

6 meses 100\$000

12 meses 200\$000

apolo 400\$000

estrangeiro Europa 500\$000

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

JORNAL SEMANAL — todas as 4.ª-5.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I, 132, Lisboa telefone 66 26 29

Composição e impressão Renascença Gráfica S.A.R.L. Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

## A polícia de Cal Brandão contra a Constituição

Por não verem cumpridas nem sequer discutidas a sua proposta para o CCT, entregue em Novembro, os trabalhadores do comércio discutiram em plenário e decidiram como forma de luta a greve.

Assim, no dia 25 vieram para a rua tendo como propósito o esclarecimento da sua luta junto dos camaradas que não tinham aderido com medo das consequências que poderiam advir.

Foram violentamente reprimidos pela Polícia de Choque às ordens de Cal Brandão que parece desconhecer que a greve é um direito constitucional.

Tudo se passou assim:

1. De manhã, o carro sonoro do sindicato, quando passava junto ao Bolhão, foi alvo de um comentário de um agente da PSP para uma vendedeira que ali se encontrava:

« — Virem o carro de patas para o ar!».

2. No armazém Marques Soares, na Rua das Carmelitas, quando o piquete do sindicato ali se encontrava, foi violentamente reprimido pela Polícia de Choque que li tinha ocorrido.

3. Tentando informar-se junto do Governo Civil, os trabalhadores do sindicato receberam a seguinte explicação do sr. Cal Brandão:

« — O patronato chamou a Polícia de Choque dizendo que já havia feridos, montras partidas e carros incendiados».

4. Através do tenente Carmona e do capitão Correia, que comandavam as forças, os trabalhadores souberam que a Polícia tinha ordens de Lisboa para reprimir qualquer tipo de manifestação dos trabalhadores do comércio e para cercar todas as ruas da «baixa» até tudo «normalizar».

5. No Supermercado In-victos, a Polícia «purluista» tanto bateu no piquete como nos assistentes.

6. Voltaram novamente

os trabalhadores ao sr. Cal Brandão tentando saber porque razão tinha a Polícia novamente investido:

« — Tive conhecimento de que houve provocação por parte dos trabalhadores e que levou, portanto à intervenção policial».

Confessou ainda o sr. Cal Brandão:

« — É provável que tenha havido um pouco de exagero por parte das forças policiais. O sindicato apresenta aqui um relatório para que seja feito um inquérito».

A Polícia desconhece de certeza a força dos trabalhadores.

# PELA UNIDADE, PARA O SOCIALISMO!

Está em curso um processo político de grande importância para o Povo português. A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho deu já os primeiros e significativos passos no sentido de corresponder a um verdadeiro processo de unidade popular.

Por todo o País, de Norte a Sul, em fábricas, campos, escritórios, bairros e escolas, trabalhadores portugueses unem-se e organizam-se, independentemente dos partidos em que votam, cerrando fileiras em torno de uma candidatura que exprime os seus anseios de uma vida livre e digna.

Na Lisnave, como na Setenave, no Entroncamento como em Ovar, na Azambuja como em Coimbra, na cidade do Porto que assistiu à maior manifestação da sua história desde 1958 aquando da chegada de Humberto Delgado, tem sido de enorme amplitude a movimentação de massas em apoio da candidatura de unidade popular.

Assim, após o grande afluxo na mobilização dos trabalhadores que se seguiu ao triunfo da direita no golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro, o movimento popular ganha novas forças no processo de apoio ao homem do 25 de Abril. Apesar das manobras e das calúnias que o PCP desenvolve, tentando isolar a candidatura de Otelo, utilizando o seu arsenal de intrigas de baixa política somado ao controlo burocrático que exerce sobre muitas organizações de massas, o povo trabalhador adere fortemente ao único candidato verdadeiramente interessado na unidade e na organização popular.

É fundamental conseguir que este processo determine a reorganização e coordenação dos órgãos de poder popular. É da máxima importância transformar a larga mobilização de massas que se desenvolve, num impulso decisivo para que a unidade popular se exprima organizativamente, reforçando as comissões de trabalhadores, as comissões de moradores, as cooperativas, os conselhos de aldeia, numa perspectiva de controlo pelo povo sobre as suas estruturas organizativas, vencendo a manipulação partidária que tem impedido o crescimento e coordenação do Poder Popular.

Se não há dúvidas quanto à importância do processo de apoio a Otelo no que se refere à organização popular, é também inegável a influência que este processo está a ter na unidade militante dos revolucionários portugueses.

Por todo o País, na base como na cúpula, organizações políticas até agora muito divididas tática e estrategicamente, têm conseguido vencer o sectarismo, encontrando um consenso político suficiente para unirem os seus esforços num mesmo sentido: **o de mobilizarem e organizarem o povo no combate**

contra o fascismo, na luta pelo socialismo.

Estão a ser dados os primeiros passos para a construção de uma frente de massas antifascista com uma clara perspectiva anticapitalista, pois o programa eleitoral que Otelo tem vindo a desenvolver coloca claramente a necessidade de manter na ordem do dia a luta pelo socialismo, como única forma de combater consequentemente a ameaça fascista, que a reconstrução capitalista arrasta.

A História impõe uma direcção de tipo novo para a luta democrática. Só essa direcção, que articule correctamente o combate ao inimigo fundamental, o fascismo, com a definição de uma alternativa popular para a crise, uma alternativa socialista, conseguirá retirar ao revisionismo a hegemonia na luta democrática. Há que tirar as conclusões que se impõem do desmantelamento do MDP e da adesão de importantes personalidades antifascistas à candidatura de Otelo e ao seu programa.

Nenhuma das organizações políticas que apoiam Otelo está em condições de controlar o processo que se desenvolve neste momento em Portugal em redor da candidatura de unidade popular. Seria um erro histórico enorme que qualquer delas o tentasse fazer.

A unidade popular que se está a construir, a unidade militante que se desenvolve, não terminam no dia 27, data da eleição. Esse dia será apenas um marco, uma etapa. É depois que tudo o que se está a conquistar terá de ser consolidado.

Os revolucionários, os antifascistas consequentes deverão compreender a necessidade de dar corpo organizado à frente de massas que arranca.



Isso terá de passar pela dissolução de organizações frentistas que se integrarão na frente mais ampla e por um processo de debate ligado à prática entre as organizações que se afirmam de vanguarda, as organizações comunistas que apoiem a frente de massas.

Poderão então vir a ser dados importantes passos no sentido da unificação de classe, para a edificação do partido revolucionário da classe operária.

Se o sectarismo e o espírito de grupo forem derrotados, se as tendências hegemónicas se apagarem, a unidade militante que se esboça neste processo político de apoio à candidatura de Otelo poderá representar um enorme salto qualitativo no caminho para a construção de uma alternativa revolucionária à direcção reformista do movimento popular.

## Campanha de fundos para o "Poder Popular"

O MES é uma organização que luta pela libertação dos explorados e oprimidos. Como tal não dispõe de apoios por parte de entidades da burguesia nacionais ou estrangeiras. Contamos apenas com as nossas próprias forças.

A medida que, com o empenhamento na luta, crescem as responsabilidades da nossa organização, são cada vez mais precárias as disponibilidades financeiras, indispensáveis para a suportar.

Para podermos continuar a luta pelo Poder Popular e o Socialismo, precisamos da ajuda de todos quantos estão conosco, do mesmo lado da barricada.

Iniciamos, por isso, uma campanha de fundos, de apoio ao Poder Popular. Contribui!

Hoje publicamos a lista das contribuições já recebidas.

Contacta elementos do MES, na tua fábrica, no teu bairro ou na tua aldeia e faz-lhe chegar o teu apoio.

Se preferires envia directamente para PODER POPULAR — Av. D. Carlos I, 132 — LISBOA

### ALMADA

João César, 20\$00  
Carlos Pinto, 100\$00  
Maria E. Pires, 100\$00  
Alexandre Carvalho, 20\$00  
Natal Vaz, 5\$00  
Isabel, 50\$00  
Xico, 20\$00  
Marqueira, 20\$00  
Joaquim Timóteo, 30\$00  
Fernando Santos, 50\$00  
Elsabete Santos, 20\$00  
José Marques, 20\$00  
Maria J. Honorato, 20\$00  
N. J. Henriques, 20\$00  
Elsabete Saraiva, 20\$00  
Anónimo da Margueira, 20\$00  
Idem, 20\$00  
Idem, 10\$00  
Idem, 20\$00  
António Afonso, 20\$00

João M., 20\$00  
Anónimo da Margueira, 20\$00  
Ventura, 10\$00  
Gracinda, 10\$00  
Eugénia, 7\$50  
M. Pires, 50\$00  
Florinda, 5\$00  
Ana Maria, 5\$00  
Conceição Gonçalves, 10\$00  
Isabel Gonçalves, 10\$00  
Ana Maria, 5\$00  
Eva Agostinho, 5\$00  
Josefa Valente, 5\$00  
Maria Helena, 5\$00  
Maria Adelaide, 5\$00  
Joaquim Cardoso, 5\$00  
Albertina Gustavo, 5\$00  
Maria Gil, 5\$00  
José Carlos, 5\$00  
Fernando Passinhas, 20\$00  
Carlos Alberto, 5\$00  
Fernando Furtado, 10\$00

Carlos Pais, 5\$00  
Pedro de Almeida, 5\$00  
Cristina, 10\$00  
Isabel Miguel, 5\$00  
Carlos Pais, 10\$00  
Maria H. Santos, 5\$00  
Carlos Figueiredo, 10\$00  
Anabela Rodrigues, 5\$00  
Matilde, 5\$00  
Anónimo, 3\$50  
Odete, 20\$00  
Anónimo, 20\$00  
Carlos A., 7\$50  
Anónimo, 10\$00  
Marcelino, 5\$00  
Anónimo, 10\$00  
Paula Santos, 20\$00  
Rogério Conduto, 5\$00  
Maria M. Ferreira, 20\$00  
José Vital, 50\$00

### SACAVÉM

José A. Antunes, 50\$00  
António Fernandes, 20\$00  
Horácio Rosendo, 20\$00  
Sérgio Azevedo, 20\$00  
Guilherme, 2\$50  
Joaquim Pina, 10\$00  
António Damas, 7\$50  
M., 20\$00  
Fernando Ferreira, 10\$00  
Vitor Valério, 10\$00  
Luís Pintado, 10\$00  
Loureiro, 7\$50  
Cuba, 10\$00  
Mendes, 10\$00  
Lopes, 10\$00  
Carlos, 20\$00  
António Lopes, 20\$00

### LISBOA

J. Cordovil, 20\$00  
Amélia, 2\$50  
Leonor, 20\$00  
Lena, 20\$00  
João, 20\$00  
Carmo, 50\$00  
Diamantino, 20\$00  
Fernando, 20\$00  
Emília Moura, 50\$00  
R. Jesus, 20\$00  
L. Pereira, 20\$00  
E. Graça, 20\$00  
A. Martins, 20\$00  
A. Mateus, 20\$00  
C.A.S.R., 20\$00  
Amadeu, 24\$00  
F. Rodrigues, 20\$00  
Ilegivel, 20\$00

Catela, 20\$00  
Constantino, 20\$00  
Maria H. Fernandes, 20\$00  
António, 50\$00  
Anónimo, 100\$00  
Pratas, 10\$00  
Elias, 100\$00  
Carlos, 5\$00  
Vitor Machado, 20\$00  
M. Pratas, 20\$00  
Caldeirinha, 20\$00  
Ribeiro Pinho, 20\$00  
Carlos Brito, 20\$00  
António Pinto, 20\$00  
Anónimo (militar), 40\$00  
Fernando Santos, 52\$50  
E.P., 5\$00  
Ricardo, 5\$00  
R. Mendes, 20\$00  
Grupo de estudantes do ISCP, 120\$00  
Neves, 20\$00  
Susete Dias, 20\$00  
José Fernando, 20\$00  
A. Silva, 20\$00  
Horta, 10\$00  
Correia, 10\$00  
A. Castilho, 10\$00  
Andrade, 20\$00  
Amaral, 20\$00  
Armando Silva, 10\$00  
Violante, 20\$00  
Moniz, 10\$00  
Luísa, 20\$00  
Pedro, 20\$00  
Suzette Castro, 50\$00  
C., 20\$00  
M.M. Paula, 50\$00  
M. Lurdes F., 20\$00  
M. Adelaide Martins, 100\$00  
Anónimo, 50\$00  
Anónimo, 50\$00  
M. Helena M., 20\$00  
T. M., 10\$00

### OLIVEIRA DE AZEMEIS

Núcleo de Oliveira de Azeméis, 400\$00  
António Oliveira, 100\$00  
Angelo Brandão, 100\$00

### ANGOLA

Banha, 70\$00

### CASTELO BRANCO

Núcleo de Castelo Branco, 1000\$00  
TOTAL, 3933\$00.

Poder Popular 3

## FORBUNDET KOMMUNIST

De 22 a 24 de Maio decorreu em Estocolmo o II Congresso do FORBUNDET KOMMUNIST, partido revolucionário com o qual o MES tem mantido estreitas relações. O camarada Jacinto Rodrigues, membro do Comité Central, esteve presente no Congresso, tendo lido uma mensagem do nosso Movimento, que abriu a série de intervenções dos delegados estrangeiros. Nessa mensagem foi feita a análise da actual fase de luta em Portugal e foram saudados os militantes presentes, empenhados na construção de uma Europa dos trabalhadores, que faça frente à Europa dos capitalistas. Usaram em seguida da palavra camaradas de Revolution, Avanguardia Operária, PRT-ERP, MIR, ENEK-ELEK (Grécia), KB e Kommunist Forbundet (Dinamarca).

Além das sessões do Congresso, realizaram-se numerosos encontros parcelares que permitiram vivos debates sobre os problemas da luta anti-capitalista e anti-imperialista; bem como o fortalecimento de laços de solidariedade entre as diferentes organizações revolucionárias.

O forte impulso unitário dado pela candidatura de Otelo ao movimento popular em Portugal foi saudado com entusiasmo por todos os participantes.

# OTELO EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA JÁ TENHO UMA FORTE OPOSIÇÃO DE DIREITA E NÃO SÓ...

Na semana que passou realizou-se em Lisboa a conferência de Imprensa em que Otelo Saraiva de Carvalho formalmente anunciou o seu firme propósito de corresponder ao forte movimento popular de massas em seu apoio, candidatando-se às próximas eleições presidenciais. Aí, Otelo tornou públicos os temas centrais que constituirão o suporte da sua candidatura de unidade popular (e que transcrevemos parcialmente na pág. 12).

A parte final da conferência de Imprensa foi constituída por um período de perguntas e respostas em que foram abordados alguns dos temas mais controversos da actuação política de Otelo no processo revolucionário bem como do seu programa de candidatura.

## GOVERNO PS

P — Mário Soares insiste em governar sozinho. Se for eleito Presidente, o maior Otelo permitirá que ele constitua um governo exclusivamente PS?

R — O Art.º 119 da Constituição afirma que compete ao PR fazer a escolha do 1.º Ministro, depois de ouvir o CR, e os partidos e tendo em conta os resultados eleitorais para as legislativas. Neste contexto, se a escolha do 1.º Ministro recair sobre Mário Soares, ele terá liberdade de formar o Governo que quiser.

## 25 DE NOVEMBRO ENORME MAQUINAÇÃO

P — O que foi o 25 de Novembro?

R — O 25 de Novembro é o desenlace de uma enorme maquinação. Houve todo um projecto de destruir a esquerda militar e fazer uma recuperação do processo, num sentido «mais moderado».

Não digo quem fez a maquinação pois tal faz parte dos segredos judiciais que os processos em curso deverão esclarecer. Mas para já posso aconselhar a leitura dos jornais de direita logo a seguir ao golpe. Por exemplo o «Tempo», num artigo denominado «25 de Novembro começou a preparar-se em Agosto» escreve com bastante rigor o desenvolvimento da conspiração reaccionária que levou ao golpe do 25 de Novembro.

Também o «Expresso» em vários artigos lança luz sobre os acontecimentos.

## RELATÓRIOS ILEGAIS E FALSOS

P — Eanes é a cabeça do golpe do 25 de Novembro. Pinheiro de Azevedo afirma — «hão-de saber o que foi o 25 de Novembro».

O povo espera a desmistificação do 25 de Novembro.

R — Não vou centrar a campanha na contraposição do 25 de Novembro ao 25 de Abril. Penso que há coisas mais importantes para o povo trabalhador, como seja pôr em discussão os seus problemas e fomentar a sua unidade.

Também desejo evitar litígios com militares. Mas não deixarei de lhe dizer que os relatórios que saíram são ilegais porque a parte processual devia ser secreta, o que não aconteceu. Eu fui, aliás, preso como consequência do 1.º relatório. Mais, do que isso, o que lá está é falso.

Dou a minha palavra de honra de que eu e os meus homens — tanto os do Copcon como os da RML — não tínhamos nada preparado para derrubar o regime.

A justiça militar (se existe) deverá dizer a seu tempo o que tem para dizer...

## OPOSIÇÃO A OTELO DE DIREITA E NÃO SÓ

P — Pensa que a sua candidatura provocará maior reacção dentro ou fora do País?

R — Terei oposição dentro e fora do País, por parte de todos quantos temem a libertação do Povo Português.

Repare que antes mesmo de anunciar a minha candidatura já tenho forte oposição, de direita e não só...

Mas o povo compreende que é indispensável a unidade para atingir a sua libertação, ou então continuará dominado.

P — Como encara os ataques do PC?

Se o PC passasse a apoiá-lo, aceitaria esse apoio?

R — Não me interessam muito os apoios dos partidos. Eles criam divisões.

Eu nunca militei em nenhum partido. A minha candidatura pode precisamente ultrapassar um certo clubismo que a divisão partidária provoca.

Quanto aos ataques do PC, não sei qual a razão deles. Até porque eu não sou um candidato de direita...

Já algumas vezes me tem acontecido falar muito

bem com os dirigentes dos partidos e vir depois a ser atacado por eles. É coisa que não faço e que, como militar, acho até desleigante. Mas eles são políticos...

## O JOGO POLÍTICO É ESQUISITO

Eu não represento partidos, mas sim o povo com cuja luta me identifico. Há entre nós a mania de identificar um candidato com quem o apoia.

Ora lembrem-se que há um candidato apoiado pelo PS, CDS, AOC e MRPP. O jogo político é esquisito...

## TENHO CERTA POSSIBILIDADE DE REATAR OS LAÇOS COM AS EX-COLÓNIAS

R — São de fundamental importância. Até porque temos muitos regressados do ultramar em situação difícil. E lá ainda se encontram dezenas de milhares de portugueses. Neste aspecto, aliás, há convergência: entre mim e o partido mais votado.

Eu, pessoalmente, tenho uma certa possibilidade de reatar os laços entre Portugal e as ex-colónias.

P — Sobre retornados...

A informação reaccionária tentou destruir a minha figura. Talvez haja em mim mais politização. Isso não significa mais maternidade, mas sim maior consciência política — adquirida em aulas práticas com as massas populares.

Nestes dois anos de Revolução fomos às fábricas, aos campos, resolvemos problemas de habitação. Isto era uma Revolução com o povo.

Havia homens de gabinete, habituados a planejar a Revolução à distância. Mudavam este que já não serve... punham aquele, etc. Ficavam em pânico com certas coisas porque nunca as viveram com o povo.

Há quem fale muito em instrumentalização das FA; mas curiosamente só quando a camaradas de esquerda... Quando são de direita é tudo partidário.

H — Essa foi uma frase muito especulada e muito aviltada. Mas o povo sabe o que quero dizer!

Encontrava-me no estrangeiro quando soube do desvio das armas. Tive também conhecimento de uma entrevista do cap. Fernandes em que afirmava terem as armas sido entregues a operários e camponeses.

Quando regresssei a Portugal, face às perguntas dos jornalistas, limitei-me a regozijar-me por as armas não estarem no ELP, MDLP — aí sim, ficaria preocupado.

Assim se entende essa minha afirmação de que com os operários e os camponeses, as armas estão em boas mãos.

Quero ainda acrescentar que tenho a lista com o número de todas as armas desviadas pelo cap. Fernandes. As armas que têm sido apanhadas a meliantes, etc., até hoje nem uma confere com elas. Isto responde a muita especulação da imprensa reaccionária que, de cada vez que vai um assalto, vem dizer: «Cá estão as armas em boas mãos».

Quando se começou a processar o regresso das tropas do ultramar ouvi um certo descuido quanto ao armamento. Caixas de armas chegaram a ficar dias abandonadas no cais. Assim desapareceram muitas armas.

As mil armas, desviadas, repito, nunca foram encontradas a assaltantes.

## NÃO SOU O CAUSADOR DA DESGRAÇA DE VASCO GONÇALVES

P — Tem também sido objecto de muita especulação a sua relação com a queda de Vasco Gonçalves, particularmente devido a uma carta que lhe escreveu e que foi divulgada na Imprensa. Que tem a dizer sobre isso?

R — Não sou de modo nenhum o causador da desgraça do meu amigo Vasco Gonçalves. Sei que determinado partido diz isso às suas bases, mas é falso. Mal vai uma pessoa se uma carta o deita abaixo...

Mas repare. A carta de que tanto se falou era uma carta confidencial — eu não a divulguei. Tive todo o cuidado para que assim fosse. A única pessoa que a leu foi o meu confidente, cap. Marques Jr.

Vasco Gonçalves recebeu a carta quando estava reunido com o seu gabinete (cerca de 15 pessoas). Lera em voz alta e eles foram tirar fotografias.

Foram eles que divulgaram a carta. Eu tomara precauções para que ela fosse confidencial. Eles é que a publicaram. Com que intenção? Se dizem que foi a carta que causou a queda de Vasco Gonçalves então foi o seu gabinete quem o derrubou...



Ainda há pouco tempo ouvi um dirigente de um partido importante afirmar acerca de afirmações que em tempo fizera: «isso erantes, agora é diferente» — eu não mudo assim de posições.

## DESVINCULAÇÃO DA NATO TEM DE SER UM OBJECTIVO

P — Qual a sua posição acerca das relações internacionais?

R — Tudo o que se passe em matéria de relações internacionais cairá também sobre o Presidente da República, mas será sobretudo da responsabilidade do Governo.

Terá assim de haver convergência entre mim, se for eleito, e o Governo.

P — E a sua posição sobre a NATO?

R — O Art. 7 da Constituição afirma os princípios da independência nacional e da dissolução dos blocos político-militares.

De um ponto de vista político temos de caminhar no sentido da desvinculação em relação à NATO. Talvez ela não seja possível a muito curto prazo; mas tem de ser um objectivo.

P — Acerca das relações com as ex-colónias?

R — Isso faz parte das atribuições do Governo. Penso que seria importante criar condições para o regresso de muitos deles. Entretanto, cá, temos de incrementar a criação de postos de trabalho.

## CONTINUO A VIVER APAIXONADAMENTE A REVOLUÇÃO

P — Quero fazer-lhe uma pergunta mais pessoal: diz-se que Otelo está mudado; que hoje é um homem politicamente mais maduro, mas que em contrapartida terá perdido parte daquele romantismo que o caracterizava em 25 de Abril. Que quer dizer sobre isso?

R — Continuo a viver apaixonadamente a Revolução.

Em 25 de Novembro convidaram-me para vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Depois ofereceram-me ser general-adjunto ao Estado-Maior.

Eu — exigi a minha desgradação. Os meus companheiros estavam já presos pelo que eu não podia proceder de outro modo...

Os 44 dias que passei em Belém permitiram-me reflectir, conversar...

## INSTRUMENTALIZAÇÃO

Eu não sou um político.

## SOCIALISMO DE BASE

P — Pensa que a sua candidatura poderá receber apoio nas zonas politicamente mais atrasadas, como seja o Norte?

R — As forças produtoras têm simpatia por tudo o que crie a unidade. Muitas razões há que justificam que parte do povo esteja desgostado com a Revolução. Há partes do País onde nada de positivo ainda chegou...

Mas, estou certo, todo o povo está preparado para lutar e construir uma sociedade mais justa.

P — Como vê o desenvolvimento da organização popular de base?

R — Isso é uma parte muito difícil da luta pelo socialismo. Embora consagrada na Constituição, a acção desses órgãos ficou travada depois do 25 de Novembro. O povo não pode deixá-la morrer. Sem eles não há socialismo de base.

## AS ARMAS

### EM BOAS MÃOS

P — Certa imprensa, para o atacar, refere insistentemente as suas declarações segundo as quais certas armas desviadas «estariam em boas mãos». O que pensa disso?

# A defesa do controlo operário e das nacionalizações

## A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

A burguesia neste momento possui as armas que necessita para reprimir os trabalhadores uma vez que domina as Forças Armadas e o governo. E será pela força da repressão que tentará esmagar as conquistas da classe operária e do povo. Mas para ganharem capacidade de dirigir este processo, os capitalistas vão, numa primeira fase, tentar dividir os trabalhadores, ameaçá-los com o desemprego e a miséria e chamá-los a colaborar com o plano de salvação capitalista.

São tarefas essenciais para derrotar a recuperação capitalista em marcha:

— **Derrotar as tentativas de implantar a colaboração de classes e impedir a entrega das empresas com intervenção estatal aos seus antigos patrões sabotadores,** o funcionamento das empresas nacionalizadas debaixo de critérios exclusivamente capitalistas, o despedimento e o desemprego para milhares de trabalhadores das empresas em autogestão ou com intervenção estatal.

— **Combater os aumentos dos horários e ritmos de trabalho,** as tentativas de divisão dos trabalhadores através de prémios, subsídios especiais, etc., e a disciplina despótica do

patronato que quer regressar (proibindo plenários, saneando delegados sindicais e trabalhadores de vanguarda, etc.)

Estas tarefas exigem a luta pelos seguintes objectivos:

A recusa frontal da co-gestão ou da participação na gestão pelos trabalhadores, isto é, a não participação de representantes dos trabalhadores em órgãos de direcção das empresas.

A presença maioritária em relação aos representantes do Governo nos Conselhos Gerais das empresas nacionalizadas de representantes do movimento operário e popular através de elementos das CT's, CM's e sindicatos a designar de acordo com a actividade das várias empresas nacionalizadas.

O direito de controle sobre toda a actividade das empresas nacionalizadas por parte das comissões de trabalhadores, o que passa pelo acesso a toda a informação e pelo direito de veto sobre as decisões contrárias aos interesses gerais dos trabalhadores.

A garantia do emprego aos trabalhadores das empresas em autogestão e sob intervenção estatal, o que passa pela intervenção ou prolongamento da intervenção do Estado e pela im-

possibilidade de declaração de falências sem a garantia de novos empregos para os trabalhadores atingidos.

A não indemnização dos capitalistas donos das grandes empresas nacionalizadas.

A revogação do actual decreto-lei que regula a intervenção estatal em favor dum novo decreto que mantenha todos os aspectos positivos da anterior legislação, nomeadamente o decreto 660/74 e defina claramente a intervenção estatal como medida dupla: a garantia do emprego aos trabalhadores e o afastamento dos patrões sabotadores.

Impedir o regresso dos patrões que praticaram actos de sabotagem e hoje querem voltar às «suas» empresas, o que pode passar pela exigência da sua expropriação em relação ao capital que ainda detêm.

Uma ligação, que não existe, entre as estruturas representativas dos trabalhadores da banca e seguros e as comissões de trabalhadores das empresas nacionalizadas, com intervenção estatal ou em crise, no sentido de possibilitar o combate à utilização dos fundos das instituições de crédito para a recuperação capitalista, colocando-os ao serviço da garantia do emprego dos trabalhadores das empresas em crise e da sa-

tisfação das propostas dos trabalhadores para a reconversão dos sectores igualmente em crise.

## AS COMISSÕES DE TRABALHADORES E A DEFESA DO CONTROLO OPERÁRIO

As C. de T. continuam a ser órgãos importantes para a luta política dos trabalhadores.

Assim, elas devem ter uma clara maioria operária, reger-se por uma firme linha de classe e serem órgãos democráticos.

A C. de T. enquanto órgão representativo dos tra-

As CT's, enquanto órgãos representativos dos trabalhadores, devem manter o significado que tiveram ao longo de todo este processo, em que foram armas de ataque à disciplina e repressão dos patrões.

Defender as liberdades não é principalmente votar, é sim impor nos locais de trabalho o direito à reunião, informação e discussão.

É organizar as lutas e a solidariedade de classe, é não deixar que os patrões e os seus lacaios voltem a espezinhar os Trabalhadores, é não deixar que os patrões despeçam quando queiram, promovam os «lambe-botas», façam re-

## I CONFERÊNCIA DE TRABALHADORES FABRIS DA REGIÃO DE LISBOA

promovida pelo Movimento de Esquerda Socialista 6 JUNHO - Instituto Superior Técnico - B4



UNIR A CLASSE OPERÁRIA E O POVO CONTRA A EXPLORAÇÃO E A REPRESSÃO

Informações e inscrições: 2.ª a 6.ª das 19 h às 22 h. Sábado das 16 h às 19 h. Av. D. Carlos, 130. Tel.: 600054.

gressar os bufos, etc.

A existência dum C. de T.'s é a existência dum poder organizado dos Trabalhadores dentro das fábricas, é a garantia de um combate contínuo e diário à repressão e opressão do capital.

Mas para fugir ao perigo de ficar encerrada na sua empresa e não entrar em colaboração com o patronato, para defender as nacionalizações e o controle operário, as C. de T., têm que encontrar formas de coordenação e um programa de acção.

Essa coordenação e esse

programa de acção apontam para a criação e o fortalecimento de estruturas como:

**Os secretariados de CT's** de sector e ramo de actividade

**Os secretariados de CT's** das empresas nacionalizadas, das empresas com intervenção estatal e das empresas em auto-gestão

**A criação de Comités de Luta** que coordenem a acção das CT's por objectivos concretos como: a luta contra a estatização da previdência, a luta contra a lei anti-greve, a luta contra a lei dos despedimentos, etc.

# Por uma organização sindical forte e democrática

## A LUTA POR UMA ORGANIZAÇÃO SINDICAL FORTE E DEMOCRÁTICA

Fazer dos sindicatos verdadeiros órgãos de massa, democráticos e de classe;

Acabar de vez com a dispersão dos trabalhadores por centenas de sindicatos criando sindicatos verticais por sector de actividade;

Impor no seio da central sindical única, a Inter-sindical, uma orientação que a transforme numa central democrática e de classe, que actualmente não é, num poderoso instrumento de luta de todos os trabalhadores portugueses; São estas as tarefas essenciais para fortalecer o Movimento Sindical Unitário Português.

A luta pela democracia interna nos sindicatos e do Movimento Sindical não passa, quanto a nós, pelo direito de tendência que

não só permitiria todas as infiltrações burguesas no Movimento Sindical como dividiria os trabalhadores em clientes desta ou daquela corrente partidária em vez de os unir enquanto explorados com os mesmos interesses e, finalmente, poria emcausos sindicatos como os órgãos unitários de massa. É assim que muitos dos que hoje agitam o direito de tendência mais não querem do que utilizá-lo como primeiro passo para alcançar o pluralismo sindical.

A luta pela democracia interna dos sindicatos e do Movimento Sindical passa sim, quanto a nós, por organizar a acção sindical de tal modo que as direcções não sejam cúpulas sindicais cortadas das bases, mas sim executores da vontade dos trabalhadores que representam, de tal modo que os delegados não sejam os delegados do sindicato junto dos trabalhadores

mas o contrário, os delegados dos trabalhadores no Sindicato, a voz das fábricas, dos problemas, anseios e determinação concretos das massas operárias.

Basear a força de um sindicato nas Assembleias de fábrica, nas Assembleias Sindicais, na organização dos trabalhadores no local de trabalho e por zona, no papel decisivo dos delegados sindicais, na mais aberta informação, no livre direito de expressão de todos os trabalhadores, é o caminho da democracia interna e do fortalecimento da organização sindical.

A independência total do movimento sindical é outro dos grandes objectivos de luta:

O movimento sindical será forte se assentar a sua organização em bases democráticas e numa linha de classe, anticapitalista.

## A DEFESA DA UNICIDADE SINDICAL E A LUTA POR UM CONGRESSO SINDICAL DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES

A burguesia ataca em força a unicidade sindical, tanto mais que a Constituição lhe abre as portas para isso. O objectivo é dividir e enfraquecer o movimento sindical. Nós revolucionários, nós trabalhadores só podemos ter uma posição: defender até ao fim a unicidade sindical.

A unicidade é, portanto, uma importante conquista, mas por si só não chega para garantir a unidade e a defesa dos interesses dos trabalhadores. Sem democracia interna, sem uma linha sindical anti-capitalista, sem uma total independência em relação ao Estado e aos partidos o movimento sindical terá a unicidade mas nada lhe valerá.

Face aos ataques burgueses a linha reformista dominante no movimento sindical, que defendeu a unicidade mais para defender as suas posições do que por outra razão, optou uma vez mais pela concí-

cracia, nas costas dos trabalhadores: é assim que se chega à «festação» do 1.º de Maio, é assim que o Secretariado da Inter anuncia a realização dum Congresso dos Sindicatos, é assim que os representantes sindicais do PS vêm dizer que fizeram um acordo e que o Secretariado da Inter se tinha vinculado a realizar um Congresso ao mesmo tempo que definem os seus objectivos — uma central única mas com direito de tendência (o pluralismo possível...).

## QUAL DEVE SER ENTÃO A POSIÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS EM RELAÇÃO AO CONGRESSO?

A partida deve ser recusada qualquer tentativa de fazer um Congresso de fachada para encobrir negociações feitas nas costas dos trabalhadores.

Temos de recusar um Congresso que sirva só para abrir lugar no Secretariado a alguns elementos do PS, continuando o Secretariado a ser uma estrutura de cúpula sobre a qual os milhões de trabalhadores portugueses não exercem

qualquer controlo.

Temos de recusar um Congresso que aprove uma linha de conciliação de classes, um Congresso que celebre um «Pact» com um qualquer Governo de salvação da burguesia.

Temos de lutar para que o Congresso seja feito com a participação de todos os trabalhadores, para que o Congresso não tenha lugar apenas numa sala, mas sim nos plenários de todas as fábricas, nas reuniões de delegados e Assembleias de todos os sindicatos.

A sessão final tem de ser reflexo efectivo do debate participado por todos os trabalhadores em todo o país.

Temos que lutar para que os sindicatos não sejam representados só por dirigentes, mas também por delegados eleitos para o efeito directamente na base e em número proporcional aos trabalhadores representados por cada sindicato.

Temos de lutar para que todas as teses tenham a mesma divulgação e sejam discutidas por todos os trabalhadores.

# OTELO — UMA ONDA ENORME DE APOIO E ENTUSIASMO!

**Povo Trabalhador, Unido para o Socialismo** — palavra de ordem central da campanha de Oteló, ela foi repetida nas diversas localidades onde parou o comboio que transportava o homem do 25 de Abril; esta a unidade que ficou bem expressa com a presença e intervenção no comício do Porto do camarada operário militante do PS, José Correia Vieira, um dos que não aceitam a recomendação da cúpula do seu partido para que se apoie «o candidato dos grandes partidos, o qual pode ser o cavalo de Tróia do fascismo».

De St.ª Apolónia partiram dois comboios a abarrotar de gente que quis acompanhar Oteló; outras tantas pessoas não seguiram viagem mas estiveram na gare a demonstrar o seu entusiasmo.

O mesmo entusiasmo na Azambuja, no Entroncamento, em Coimbra e em Ovar, terras em que se realizaram comícios-relâmpago.

## UNIDADE FORJA-SE NA LUTA CONCRETA DE TODOS OS DIAS

Na Azambuja, Oteló referiu-se às lutas operárias da Ford e da General Motors; focou o exemplo da herdeira das Quebradas onde se manifestou litígio entre os trabalhadores ocupantes e a União das Cooperativas para demonstrar a necessidade de ultrapassar as falsas divisões alimentadas pelo sectarismo partidário. O povo respondeu gritando: «Unidade, Unidade!».

No Entroncamento, depois de homenagear a combatividade antifascista dos ferroviários referiu-se à organização popular em cooperativas, CM, CT e conselhos de aldeia, formas de organização popular que deverão opor uma barreira forte ao regresso do fascismo. **Porque o fascismo não foi ainda aniquilado;** e citou o caso do assalto feito ao Centro Metalúrgico Torrejano pelo antigo patrão que de lá roubou 2 mil contos.

Oteló falava dos problemas do povo numa linguagem que o povo entendia; e, por isso, as largas centenas de pessoas presentes — na sua maioria trabalhadores dos campos e operários — gritavam: **O povo segue em frente com Oteló em Presidente.**

O ex-comandante do COPCON referiu-se em Coimbra às «lutas académicas que em 1969 deram um impulso muito grande à luta anticolonial».

E disse mais uma vez que a unidade se constrói nas organizações populares de base (CM's, CT's), na sua ligação entre si e na ligação da cidade com o campo, na «união do povo da cidade com o povo do campo».

**Em Ovar**, perante largas centenas de trabalhadores afirmou que agora que não setá vinculado a ne-

nhum conselho ou órgão de poder, se pode «devotar inteiramente à luta da classe operária, dos assalariados rurais e de todos os explorados».

## PORTO

Se pelo caminho as recepções foram entusiásticas e o nome do comandante do 25 de Abril foi muitas vezes repetido em coro por milhares de gargantas, a recepção a Oteló em S. Bento foi apoteótica.

Milhares e milhares de pessoas comprimiam-se para saudar Oteló, empunhando dísticos de grupos dinamizadores de unidade popular (GDUP) de empresas ou bairros, bandeiras vermelhas, cartazes com a fotografia de Oteló distribuíam-se ao longo dos cais de S. Bento, do largo fronteiriço à estação e da Avenida dos Aliados.

O serviço de segurança foi impotente para conter o entusiasmo da multidão que queria Oteló de perto. Sempre sorridente, submerso pela multidão, demorou umas horas para ir do comboio à tribuna (uma distância de 500 metros).

O comício que se seguiu teve a presença de dezenas de milhar de pessoas e teve como oradores o dr. Ferreira da Costa, velho combatente antifascista que esteve preso no Tarrafal, Joaquim Viana da CT da EFACEC, João Durães, mineiro nas minas de carvão de S. Pedro da Cova durante 23 anos, Leonildo Dias do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, o já citado militante do PS José Correia Vieira e Oteló Saraiva de Carvalho.

Todas as intervenções ressaltaram a importância do apoio dos trabalhadores à candidatura de Oteló. O camarada mineiro disse: «Só tu, Oteló, poderás mais pela classe operária»; o camarada do Conselho Revolucionário dos Moradores, referiu-se ao apoio que o COPCON, sempre deu às lutas dos moradores pobres e o camarada operário do PS, depois de dizer que era «socialista mas não do Mário Soares» lembrou que o comandante do COPCON tinha estado na luta «contra o fascismo em 25 de Abril, contra o capitalismo em 11 de Março e contra o imperialismo em 25 de Novembro».

Os temas principais da longa e serena intervenção de Oteló foram precisamente a independência nacional e a luta contra o fascismo e as forças reacçãoárias.

Foram estas forças — afirmou ele já à saída da Estação de S. Bento em breve intervenção — que provocaram a divisão entre o Norte e o Sul do País. Assim conseguiram dividir o povo, assim conseguem reinar. O povo participava entoando palavras de ordem: «Contra o Fascismo, Unidade Popular», «Norte e Sul, um só País, uma só Luta».



conquistarmos o socialismo. É um passo essencial para que haja em Portugal um Governo popular, um Governo que queira resolver os problemas do País com o apoio dos trabalhadores, com a força dos trabalhadores, com a imaginação de todos os trabalhadores — do campo, da cidade, das fábricas, dos escritórios, das escolas.

Como é que se vê esta intervenção na nossa vida? Não é nada de secreto.

## QUEREM AMARRAR O PS A UMA ALIANÇA COM A DIREITA

Depois das eleições para a Assembleia Legislativa, a imprensa americana — e a europeia também — começaram a fazer propaganda a favor do Governo que querem em Portugal. Dizem que um Governo de esquerda é mau e não é democrático. Dizem também que um Governo só do PS também não serve, que não se aguenta. **Querem amarrar o PS a uma aliança com os partidos da direita.** Que têm eles com isso? Será que nós dizemos aos americanos em quem é que eles devem votar?

Como é que se vê esta intervenção na nossa vida? Não é nada de secreto.

## CONTANDO COM AS PRÓPRIAS FORÇAS PODEMOS VENCER

Isto é o que os patrões querem. Não é o que os trabalhadores querem.

**Não é o que a maioria dos portugueses quer.** Unidos, contando com as nossas próprias forças, podemos vencer. Podemos impor a Reforma Agrária. Podemos impedir as desnacionalizações. Podemos impedir o regresso do fascismo. Podemos fazer avançar as organizações populares de base. Podemos impedir o desemprego e a alta do custo de vida. Podemos conquistar a independência nacional. Podemos impedir que a Constituição seja utilizada pelos patrões para imporem um regime reacçãoário. Unidos, ousando lutar, ousando vencer, podemos avançar para o socialismo.

**INDEPENDENCIA É SERMOS NÓS, PORTUGUESES, A MANDAR EM PORTUGAL**

A conquista da independência nacional é um passo fundamental para



países há partidos políticos que defendem o imperialismo, em todos os países há camadas sociais que defendem o imperialismo, em todos os países há chefes políticos que defendem o imperialismo e atacam a independência nacional.

Em Portugal, no tempo do fascismo, os dirigentes políticos do Governo defendiam o imperialismo. Quando os donos das fábricas estrangeiras chamavam a polícia para reprimir os trabalhadores, eles apressavam-se a mandar a polícia reprimir os trabalhadores. Foi assim durante cinquenta anos.

## NÃO SERÃO OS ESTRANGEIROS QUE RESOLVERÃO OS NOSSOS PROBLEMAS

E hoje há vários partidos e dirigentes políticos que defendem o imperialismo. Que dizem estes dirigentes? Dizem que não temos dinheiro, que somos um País pobre, que precisamos de empréstimos do estrangeiro, que temos de nos portar bem para conseguirmos os empréstimos do estrangeiro. Dizem que temos que nos portar como os americanos e os alemães querem que nós nos portemos.

## SÁ CARNEIRO, NO AMERICAN CLUB, A 26 MAIO 76

Ainda há poucos dias um dirigente político português, falando a americana, lhes disse que nós precisávamos de um plano Marshall, feito pelos técnicos americanos, com dinheiro americano. Para conseguir isso prometeu a contenção dos salários,

mais de um milhão de portugueses a trabalhar no estrangeiro mas também mandamos mais capital para os países imperialistas do que recebemos deles.

Portugal é um País pobre. Somos mesmo o País mais pobre da Europa. Mas será que por causa disso precisamos de ajuda dos países imperialistas? Será que essa ajuda é que nos vai libertar da pobreza? Poderemos passar sem essa ajuda?

## PORQUE É QUE PORTUGAL É UM PAÍS POBRE?

(...) Foi a aliança entre os donos das fábricas portuguesas e os donos de fábricas estrangeiras que fez com que Portugal fosse tão pobre como é. Se vierem mais capitais estrangeiros — e não vêm tão cedo — não vamos ficar mais ricos por isso.

Podemos passar muito bem sem a «ajuda» estrangeira. Podemos conquistar a nossa independência nacional. Já o Marquês de Pombal dizia que um homem em sua casa é tão poderoso que mesmo depois de morto são precisos quatro para a tirarem de lá. Os homens e as mulheres de Portugal não estão mortos, estão vivos.

**Esta proposta de um novo plano Marshall feito no estrangeiro é um insulto aos portugueses.** Pedir isso é o mesmo que dizer que em Portugal não há quem saiba fazer um plano. Será isto verdade? Não. Os trabalhadores portugueses, os técnicos portugueses, são perfeitamente capazes de fazer um plano. E também temos cá dinheiro e trabalhadores para fazer os investimentos de que necessitamos.

## PODEMOS DEIXAR DE SER OS CRIADOS DOS CAPITALISTAS

Podemos conquistar a independência nacional. E, se não a conquistarmos, continuaremos pobres e oprimidos.

Podem dar-nos uma farda mais bonita, podem prometer-nos um automóvel com mais cromados. Mas continuaremos a ser os criados dos capitalistas estrangeiros e portugueses.

Podemos conquistar a independência nacional. Temos que contar com as nossas próprias forças, arlirmo-nos aos povos amigos, sobretudo os do Terceiro Mundo. (...)

## UNIDADE POPULAR, INSTRUMENTO PARA O SOCIALISMO

(...) Os donos das fábricas e os senhores da terra querem voltar a dividir os trabalhadores.

A unidade dos empregados de escritório, dos bancários, dos funcionários públicos, dos professores, dos camponeses pobres e remediados, dos trabalhadores rurais, dos operários das fábricas, dos trabalhadores da construção civil é a única garantia da defesa da constituição e da democracia, é a única barreira contra o regresso do fascismo, é o único instrumento

loais onde vivem, os donos das fábricas e os senhores da terra podem facilmente passar ao ataque e estabelecer a sua lei no escritório, na fábrica, na oficina, nos campos.

## DEMOCRACIA NOVA

Os órgãos populares de base são a principal garantia da democracia. E são, ao mesmo tempo, a concretização de uma forma nova de democracia. Uma nova democracia em que as decisões são tomadas pelos homens a quem essas decisões dizem respeito. Os órgãos populares de base são uma forma de os trabalhadores tomarem o poder com as suas próprias mãos, são uma forma de os trabalhadores defenderem os seus interesses, de fazerem obras de que precisam e de se oporem a decisões que os prejudicam.

## AUMENTAR OS PREÇOS E BAIXAR OS SALÁRIOS

(...) Os donos das fábricas e os senhores da terra têm um plano para a economia portuguesa. É um plano simples. Consiste em aumentar os lucros dos patrões. Quando os lucros estiverem a aumentar, vêm investimentos estrangeiros, que ajudam a aumentar os lucros.

Como é que os donos das fábricas querem aumentar os lucros? Investindo, trazendo novas máquinas para que o trabalho renda mais? Melhorando a formação profissional dos trabalhadores do campo e da cidade? Não. Os donos das fábricas e os senhores da terra querem aumentar os lucros aumentando os preços e baixando os salários.

Como é que se baixam os salários?

A primeira forma é aumentar o desemprego. Já há cerca de meio milhão de desempregados em Portugal. Aumentando o desemprego, os donos das fábricas aterrorizam os trabalhadores, e obrigam-nos a aceitar salários baixos.

A segunda maneira de baixar os salários consiste em aumentar os preços: os trabalhadores recebem o mesmo vencimento, ou o mesmo salário, e os camponeses recebem o mesmo pelos produtos que vendem. Mas têm que pagar os produtos que compram muito mais caro. Mais tarde ou mais cedo, os donos das fábricas e os senhores da terra vão impor a desvalorização da nossa moeda, do escudo. Quer isto dizer que temos de dar mais escudos para comprar os mesmos dólares ou os mesmos francos. A desvalorização fará aumentar todos os preços, não vai é aumentar os salários e os vencimentos.

A terceira forma de diminuir o salário é aumentar o tempo de trabalho. É mais difícil, mas já a têm tentado.

Para justificarem tudo isto, os que nunca trabalharam a sério, os que nunca conheceram dificuldades, dizem que a vida está má, que é preciso é trabalhar mais, que tem de haver austeridade, que os salários não podem subir, que já subiram muito, que é preciso um contrato entre os patrões e os sindicatos, para os patrões aumentarem os preços e os trabalhadores trabalharem mais. Se os trabalhadores não quiserem, é porque são desordeiros e então mandam-se lhes a polícia. (...)

## MISÉRIA E DESEMPREGO

Os donos das fábricas e os senhores da terra preparam aquilo que sabem fazer: a miséria e o desemprego, à espera de viverem à custa do dinheiro dos emigrantes.

Para isso ameaçam com fusões de bancos e de jornais, começam a preparar as desnacionalizações, lançam-se contra a reforma agrária, congelam a contratação colectiva, consentem que os patrões fujam às negociações, atacam os sindicatos (...)

Continua na pág. 6



# APOTEOSE NO PORTO

(Extractos da intervenção de Oteló Saraiva de Carvalho)

O Povo pode vencer se contar com as suas próprias forças. Podemos ganhar se tivermos coragem para ganhar. Podemos derrotar os inimigos do Povo se tivermos confiança, se soubermos unirmo-nos, se ousarmos lutar, se ousarmos vencer, se contarmos com as nossas forças. O Povo pode vencer se contar com as suas próprias forças.

Actualmente, a situação é difícil.

Os patrões regressam e impõem despedimentos. Os agentes da ex-DGS são postos em liberdade, sem que se preveja os seus julgamentos. Os preços sobem. Os salários não sobem ou sobem pouco. Não há casas. Os géneros faltam. A polícia e a GNR intervm de novo para ordenar os despejos, para vigiar as herdades colectivas do Alentejo, ou para agredir os trabalhadores, como tem acontecido aqui, mas, são deixados à vontade os terroristas e os grandes patrões que querem impor a sua lei. Os ministros fazem coro a dizerem aos trabalhadores que têm de traba-

lhar mais e ganhar menos, se não Portugal desaparece, perde a independência. O Estado ou não faz nada, ou começa mesmo a ir contra os trabalhadores.

Nas aldeias, nos escritórios, nas escolas, nas fábricas, em toda a parte, os homens importantes do tempo de Salazar e de Marcelo começam a voltar ao de cima, levantam a cabeça e tentam impor a sua lei aos trabalhadores, aos pequenos proprietários, aos estudantes, aos professores.

Que quer isto dizer?

## UNIDOS POR DETRÁS DE UM CANDIDATO HONESTO

Quer dizer que os donos das fábricas, os donos dos prédios, os grandes senhores da terra foram apanhados de surpresa no 25 de Abril de 1974. E como foram apanhados de surpresa, tiveram que recuar.

Muitos fugiram, levando para o estrangeiro o que tinham: notas estrangeiras, ouro e jóias, objectos de arte, etc. Outros, muitos ou-

# MADEIRAS em luta pelo contrato

Posteriormente ao 25 de Abril os trabalhadores deste sector tiveram como uma primeira experiência de luta uma alteração ao contrato que vinha desde 1972 e que envolvia apenas pequenas partes do sector.

Os dirigentes sindicais da altura, tendo fraça experiência sindical, foram levados pela entidade patronal, foram burlados, continuando a ficar com um contrato de miséria que não veio alterar em nada as condições de vida do sector; há que salientar que em determinadas zonas do País o ordenado médio é ainda de 2700\$00.

Elaboraram agora um contrato digno dos trabalhadores mas esperando logo que surgissem grandes dificuldades por parte da entidade patronal.

— Sucessivo emperramento da entidade patronal.

— Assinado um protocolo pelas duas partes — 1 mês de prazo para as negociações

6 de Maio — Aprovação de algumas cláusulas.

— A entidade patronal não concorda com as 45 h. de trabalho, 30 dias de férias com 100 por cento de subsídio.

— Apresentação da contraproposta dos patrões.

7/19 de Maio — Suspensão das negociações para esclarecimento dos trabalhadores.

19/21 — Prazo dado pelos trabalhadores à entidade patronal para dar res-

posta.  
21 de Maio — Os trabalhadores decidem entrar em greve.

— Despertar da classe para a luta — 80 por cento de adesões.

26 de Maio — A entidade patronal rompe as negociações considerando a greve como forma de pressão ilegal.

27 de Maio — O Sindicato vai ao Ministério do Trabalho para marcação de negociações.

27, 28, 29 — Trabalhadores em greve.

## CRISE DO SECTOR

A C.J.P., que fornece técnicos para as negociações (advogados, economistas) à entidade patronal, afirma na mesa de negociações, que há crise no sector.

Junto dos trabalhadores soubemos que esta questão é falsa. Os patrões sempre olharam para o sector e para os trabalhadores vendo neles unicamente um cifrão. A haver alguma crise poderá surgir precisamente por isto. Nunca houve investimentos, há ainda empresas que funcionam com máquinas a vapor; por outro lado grandes complexos industriais com maquinaria aperfeiçoada estão em formação. A breve prazo as grandes empresas comerão as pequenas. Os pequenos patrões terão de se organizar para não permitir a sua absorção pela grande empresa.

A mesa das negociações os pequenos patrões foram

utilizados juntamente com a sua situação pelos grandes patrões e a sua Associação-C. I. P., para justificar a não aceitação do C. C. T. que na opinião «respeitável» do patronato poria em risco a sobrevivência da pequena empresa.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os trabalhadores das madeiras têm péssimas condições de trabalho: falta de segurança, de higiene, de protecção. Nas matas de Leiria, Viseu, Aveiro, os trabalhadores são frequentemente vítimas de acidentes de trabalho. São milhares os mutilados deste sector. Por outro lado, 70 por cento do sector não têm refeitório, casas de banho, e muitas vezes não têm ainda resguardo do vento, da chuva e do calor.

Devemos ainda frisar toda uma série de doenças profissionais provocadas pelo barulho, pó (serrações) — 3500 trabalhadores com um ordenado médio de 4000\$00, marcenarias, etc.)

## C. C. T.

O contrato colectivo dos trabalhadores das indústrias de Madeiras não é ambicioso, é realista. E fruto de um estudo médio das possibilidades das grandes empresas e das pequenas.

O C. C. T. das indústrias de madeiras não tem um carácter puramente económico. Perspectiva o desen-

volvimento da luta de classes (o «Comedor» Abreu da Tabopan-A marante, frisava à mesa das negociações que ali todos eram irmãos). Foi-lhe explicado pelos trabalhadores que o que se passava ali era um confronto entre a classe exploradora e a explorada. Entre grandes manifestações por parte dos srs. patrões, foi-lhes acrescentando ainda que era uma luta sem fim até à vitória final dos explorados).

A luta desencadeada pelos trabalhadores teve grande aderência, com uma percentagem média de 80 por cento tendo mesmo atingido os 90 por cento em sectores tradicionalmente considerados como recuados — Braga e Barcelos.

Foi notável a solidariedade manifestada por outros sectores de trabalhadores: motoristas, electricistas, empregados de escritório (Sul), metalúrgicos, etc. Há ainda a frisar o exemplo dos trabalhadores da Tabopan que englobando vários sectores (1800 trabalhadores) paralisaram completamente a empresa.

Referimos aqui as zonas de Paços de Ferreira, Freimunde, Paredes, onde os trabalhadores ganham à peça (sofrendo por isso a superexploração e por consequente tendo menor consciência de classe) e que não aderiram de forma tão notória a esta luta de todos os trabalhadores deste sector.

# Intervenção de Otelo no Porto

Continuação da pag. 7

Os trabalhadores têm de impôr um regime económico em que não haja despedimentos e em que o emprego aumente. Os trabalhadores têm que impôr um regime económico em que os preços só subam quando houver aumentos de preços dos produtos importados.

Para conseguir isto é necessário que a economia obedeça às necessidades dos trabalhadores e não às ordens do capitalismo, português e estrangeiro. O centro da economia portuguesa tem que ser em Portugal.

## PORQUE É QUE NÃO SE FAZEM FATOS PARA OS PORTUGUESES?

O controlo da produção pelos trabalhadores, com o apoio do Estado, permite, na fábrica, no escritório, na aldeia, no monte, avançar soluções que apontam para o socialismo, que começam a pôr fim à exploração e à miséria.

É o aumento da produção que permite imediatamente aumentar o emprego: se os portugueses não tem casa, se as fábricas de cimento não trabalham a pleno, se há cerca de meio milhão de desempregados, porque é que não se constroem casas? Se os portugueses e as portuguesas não têm roupa que chegue, se as fábricas têxteis não estão a trabalhar a pleno, se há despedimentos na indústria de vestuário, porque é que não se fazem fatos para os portugueses?

Como é que se consegue pôr a economia ao serviço dos portugueses?

É dando prioridade à agricultura.

É dando prioridade às indústrias que trabalham para a agricultura e às indústrias que utilizam produtos do campo.

É acabando com os intermediários que compram barato no campo para vender caro na cidade.

É ajudando os camponeses a fazerem cooperativas que lhes permitam vender os seus produtos na cidade.

É isto que os trabalhadores do Alentejo já estão a fazer, embora tenham muito pouco apoio do Estado.

## PRESIDENTE

## DA REPÚBLICA

A Constituição Portuguesa é uma constituição progressista. Consagra muitas conquistas dos trabalhadores. Mas a constituição deixa muito campo para os do-

nos das fábricas e os senhores da terra preparem o regresso do fascismo (...).

A Constituição dá muitos poderes ao Presidente da República. Em último caso, cabe-lhe a ele decidir se Portugal é governado por um governo de direita, contra os trabalhadores, ou se é governado por um governo de esquerda, que sirva os trabalhadores.

Há muitas forças que querem voltar a Constituição contra o povo (...). Os donos das fábricas e os senhores da terra querem lançar a polícia e a Guarda Nacional Republicana, o primeiro, e o exército depois, contra o povo. A política anti-popular que a direita quer realizar, as imposições do capitalismo e do imperialismo, vão exigir que a repressão aumente. Os donos das fábricas e os senhores da terra querem manipular e instrumentalizar as Forças Armadas, colocá-las ao serviço dos lucros e das especulações. Os capitães do 25 de Abril não poderão consentir que seja de novo oprimido o povo que libertaram.

Caberá ao novo Presidente da República Portuguesa, a eleger dentro de um mês, assumir a responsabilidade de, como representante do Povo que o vai eleger, cumprir rigorosamente a Constituição, não consentindo que ela se volte contra os trabalhadores.

Para tal, será necessário que, com o Povo trabalhador Português, defenda a reforma agrária; defenda as nacionalizações e o controlo da produção pelos trabalhadores; defender e desenvolver os órgãos populares de base, as comissões de trabalhadores, as comissões de moradores e os conselhos de aldeia; defenda a descolonização, a independência nacional

contra o imperialismo; defenda os pequenos e médios agricultores contra os intermediários; defenda a pureza dos ideais do 25 de Abril e impeça que as Forças Armadas sejam manipuladas pelos donos das fábricas e pelos senhores da terra para usarem a violência contra os trabalhadores; combata o fascismo, com a mesma coragem com que o general Delgado e o povo trabalhador do Norte combateram o salazarismo e o Marcelismo, evitando por todos os meios o regresso a uma longa noite de opressão.

Ao comemorar os 50 anos de luta antifascista em Portugal, deixo-vos, pois, um apelo: Povo trabalhador de Portugal, unido para a construção do Socialismo. Viva Portugal!

# ROLSOL unidade na fábrica solidariedade no sindicato e no sector

Os trabalhadores da ROLSOL vivem uma situação difícil. Difícil e dura como a maioria dos trabalhadores do sector do vestuário onde as manobras dos patrões e a sua ânsia de roubar estão mais à mostra.

Quando era a hora da verdade, nos momentos de avanço do processo revolucionário, patrão Vasconcelos, como tantos outros, abandonou o país e a empresa.

Nessa situação de sabotagem económica à empresa e de ameaça de desemprego aos trabalhadores, o patrão mostrou a sua verdadeira face. Contudo, a Comissão de Gestão que o substituiu, não trillhou também os caminhos certos; os caminhos da ligação aos trabalhadores e da sua constante representatividade. Em vez disso, ganhou ares de novo patrão; desmobilizou e afastou os trabalhadores. De igual modo, o Governo, não executou em devido

tempo, as necessárias medidas de apoio às empresas em dificuldade como a ROLSOL.

É assim que os trabalhadores da ROLSOL estão em luta contra o regresso do patrão e exigem desde Outubro a intervenção estatal, para assegurarem o emprego, para receberem segundo o seu contrato, para receberem os atrasados, para que não haja sabotagem nas encomendas.

Porque se a empresa deve 14 mil contos aos trabalhadores e 15 mil contos à Banca, e o patrão acena agora com muito dinheiro para o seu regresso à empresa, alguém poderá ter confiança nessas manobras? O que o patrão pretende é que os trabalhadores esqueçam as dificuldades que têm passado na manutenção dos postos de trabalho, prescindam dos atrasados que irão para o seu bolso, o Governo lhe perdoe as dívidas e deste modo possa recuperar e lançar de novo os trabalha-



dores da ROLSOL numa redobrada exploração.

Mas, porque é que o patrão quer regressar?

Será que a fábrica é do patrão?

A fábrica tem um capital de mil contos e deve 14 mil aos trabalhadores, e 15 mil à Banca. Os trabalhadores perguntam: de quem é afinal a ROLSOL?

Será que o patrão vinha salvar a situação? Os trabalhadores perguntam:

«Se o governo perdoar os 15 mil contos e emprestar dinheiro, em que mãos é que esse dinheiro estará mais seguro? Nas mãos dos patrões, ou nas mãos dos trabalhadores que lutam pelo emprego?»

Se bem que mesmo na empresa há quem faça o jogo do patrão e diga que a empresa só aguenta um mês, a ROLSOL não está sózinha. O Sindicato e a Federação têm lutado na medida das suas possibilidades, pela reintegração dos camaradas suspensos, pela

# EANES—candidato do não-compromisso

## QUEM É?

Ramalho Eanes é um dos preparadores e executores — comandante do posto de comando operacional da Amadora no decorrer dos acontecimentos — do golpe reaccionário do 25 de Novembro e amigo íntimo de Spínola que foi o homem do golpe fascista de 11 de Março e actual dirigente do MDLP.

Com estas «amizades» não admira que R. Eanes, em entrevista ao jornal do Fundão, tenha afirmado:

«O ELP existiu mas numa dimensão sem interesse (...). Estou convencido de que poderá existir ainda mas não constitui preocupação».

«O MDLP existiu, cresceu e acabou por ter uma estrutura razoável mas desmobilizou-se a partir da altura em que a situação em Portugal se clarificou».

«Spínola de quem era e sou amigo, é um cidadão que pode entrar neste País. Como parece que tem determinadas contas a saldar com a sociedade portuguesa, terá de as resolver».

Face a isto, para o General Eanes «parece» que não há contas a prestar ao Povo português sobre o criminoso ataque ao Ralis no 11 de Março donde resultou a morte do soldado Luis, nem dos ataques bombistas e terroristas do ELP/MDLP perpetrados por todo o País e que já vitimaram alguns destacados militantes anti-fascistas.

## QUEM O APOIA?

Por muito que o PS e alguns dos militares «nove» queiram fazer crer que Eanes é um homem de esquerda, o que é certo é que ele conta com o apoio, claro e inequívoco da direita militar golpista e das forças da direita reaccionária e fascista — PPD e CDS que contestam frontalmente a Reforma Agrária, as Nacionalizações, o Controle Operário e que não escondem a sua intenção, de na prática, através das futuras leis, alterar a Constituição.

O apoio do CDS e do PPD vem reforçado pelas suas organizações dos latifundiários — CAP, do capital industrial e financeiro — CIP, e da organização fantasma que dá pelo nome de **Confederação dos Comerciantes**, certamente ligada aos intermediários parasitas.

A avaliar pela suspensão da concentração de retornados, manipulados directa ou indirectamente pelos colonialistas que pretendem assegurar a sua condição de privilegiados, após entrevista com Eanes, será de esperar que estes também o venham a apoiar; a este facto não será alheio o «vejado» apoio de Pomílio da Cruz, candidato da extrema-direita, para uma hipotética segunda volta nas eleições.

Colados a esta candidatura aparecem, como não podia deixar de ser, os usuais grupos de provocadores, AOC, PCP-ml e MRPP.

**COMO GOVERNARIA**  
Com o PS a defender a Reforma Agrária e a CAP a ameaçar com boicotes ao abastecimento de produtos alimentares, caso a Lei não

seja reformulada;

Com as posições antagonicas do PS e do CDS em relação à Constituição;

Com as promessas de apoio da CEE e EUA feitas pelo PS e o claro boicote da CIP aconselhando, em Londres, os investidores estrangeiros a esperar por melhores dias;

Com o PPD a preconizar o domínio total das nossas operações financeiras pelo imperialismo americano e o PS privilegiando a Europa capitalista e a intervenção estatal, defendendo os sectores de pequena e média burguesia que lhe são afectos;

Com a direita militar defendendo uma reorganização das forças armadas assente na criação de tropas especiais (mercenários) e na brigada NATO, os capitães de Abril defendendo um exército baseado no serviço militar obrigatório, que não reprima os trabalhadores;

Com o PS comprometido com o processo de descolonização e o CDS e os colonialistas atacando frontal e violentamente a maneira como foi conduzido;

Com a preconizada independência nacional na dependência da NATO que se sente completamente segura com a figura de R.Eanes.

**Perante esta realidade, está claramente aberta a via para a recuperação capitalista, que exigirá um governo cada vez mais autoritário, de fachada cada vez menos democrática, assim como a derrota da «maioria de esquerda» e das ilusões reformistas de compromi-**



so com a burguesia que se sente suficientemente forte para impor o seu candidato, o do não compromisso, face ao candidato do compromisso que seria Costa Gomes.

## COMO DERROTAR A AMEAÇA FASCIZANTE?

Maioria de esquerda no Parlamento? Não!

Maioria de esquerda, sim, nas fábricas, nos campos, nos quartéis, nos bairros, nas ruas, isto é, a do movimento popular, e da maioria do povo português. E isso exige-nos o candidato do 25 de Abril, que o povo já escolheu, (porque o povo nestas coisas não se engana), e que é o General Otelo.

Sobre este, disse, o candidato da burguesia: «Se o povo entendesse que ele (Gen. Otelo) devia ser o Presidente da República, pessoalmente não aceitaria e sairia deste país».

Se democracia se diz a «vontade do povo», aí temos um «belo» exemplo de democracia E se os trabalhadores que apoiam o General Otelo saíssem do país, caso Ramalho Eanes ganhasse?

Certamente que, se R. Eanes ganhar, os trabalhadores serão obrigados a sair mas para vender a sua força de trabalho nos centros imperialistas, porque Eanes significa o aumento de miséria no nosso país, consequência inevitável da recuperação capitalista...

# OTELO com os operários sinto-me bem

«Eu não digo que tenho incapacidade política. Saio daqui agora e vou almoçar com os operários da Setenave. Aí sinto-me bem. Tenho incapacidade é para «o corredor-zito». De manobras de gabinete não percebo nada. Nunca entrei nelas. Toda a verdade deve ser dita ao povo. Aquilo que penso que deve ser a política, aí sinto-me bem» — isto afirmava Otelo aos jornalistas horas antes da sua visita a Setúbal, aos estaleiros da Setenave.

## NA SETENAVE

Já na Setenave a CDUP (Comissão Dinamizadora de Unidade Popular) desta empresa quis pôr à votação do plenário que aí decorria a presença do major Otelo no mesmo. A resposta foi dada pelo plenário que em coro, repetiu várias vezes o nome do candidato popular à PR.

Otelo fez uma curta intervenção em que traçou o programa da sua candidatura e em que chamou a atenção para a necessidade de os trabalhadores construírem a sua unidade, acima de divergências partidárias, «que, embora salutares, só servem para vos dividir no dia-a-dia, para vos enfraquecer na vossa luta face a um inimigo que se organiza ao redor dos seus interesses reais».

No período de diálogo com os trabalhadores, Otelo desmentiu as acusações que lhe são lançadas, sobre a sua responsabilidade na queda Vasco Gonçalves e no golpe de 25 de Novembro e sobre a sua oposição à unidade sindical. E disse que «é natural que partidos com uma disciplina mais rígida procurem que as suas bases não fujam para outros candidatos. Neste caso, procuram que eu não ganhe votos. Mas o importante é que vocês, trabalhadores, não se deixem dividir».

No final, cerca de dois mil operários despediram-se de Otelo com gritos de «Otelo para presidente», «tu és o maior». Porque Otelo é para as classes trabalhadoras o candidato de Unidade Popular.

## LISNAVE

No dia seguinte nova visita a um grande centro operário — desta vez a Lisnave.

Eram muitas as centenas de operários que aguardavam Otelo junto à portaria. Quando o homem do 25 de Abril ali chegou foi vivamente abraçado e aplaudido pelos trabalhadores que o seguiram até ao refeitório.

No fim do almoço foi particularmente emotiva a visita às cozinhas onde o pessoal de serviço não se cansou de vitorear o «seu major».

Finalmente, de uma varanda, Otelo falou aos milhares de operários concentrados frisando a necessidade de ultrapassar as falsas divisões partidárias criando a unidade que permita defrontar a ofensiva da burguesia e vencer.

O enorme entusiasmo com que foi recebido e a onda de adesão que provocou demonstram plenamente a importância da sua candidatura.

Ele representa a bandeira, o símbolo, a figura em quem as massas acreditam e por quem estão dispostas a lutar.



# AZEVEDO—megalomania, manipulação e dependência nacional

Pinheiro de Azevedo prestou inestimáveis serviços à burguesia. Ele desempenhou, antes e depois do 25 de Novembro papel de relevo no combate à ofensiva popular e na manutenção da ordem capitalista.

Mas a burguesia esquece depressa os serviços prestados. Ainda ontem «almirante sem medo», é já, hoje contramestre inútil de traineira enclachada.

Resta-lhe a reforma. No asilo fará, seguramente, um vistoso ao contar as proezas.

Mas Azevedo «não quer sair pela porta de trás». Candidatou-se à presidência e está convencido de que vai ganhar pois é um «político» bastante conhecido, principalmente por estar presente no processo revolucionário desde o 25 de Abril e continuamente nos lugares de cúpula, «o que me permitiu ser discutido e observado, fa-

zer muitas entrevistas, aparecer no rádio e TV...».

E acrescenta: «É a minha forte personalidade que tem mantido de pé o VI Governo, e isso é um facto».

Mas para além destes acessos de megalomania, a eminência do naufrágio soltou a língua ao almirante. Algumas declarações curiosas.

## EANES E A MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

«Candidatei-me porque entendi que as primeiras eleições livres não podiam ser resolvidas por meio de um candidato único que estava a ser imposto à Nação». E mais adiante «é natural que os jornais tenham tentado criar um mito, um super-Eanes, visto a maioria deles serem controlados pelos partidos políticos».

## DEPENDÊNCIA E SUBMISSÃO INTERNACIONAIS

Acerca da viabilidade de

o PCP entrar para o Governo, a opinião do almirante é altamente significativa:

«Isso depende da política americana. A decisão está na América. Nos Estados Unidos. Está. Porque a posição geopolítica Ocidental está intimamente ligada às decisões da América. Portanto, se a América evoluir no conceito bilateral com os partidos comunistas, pois até é possível. Portanto, é um problema de estratégia geral, de política geral e temos que aguardar a evolução da América. Enquanto a América apresen-

tar uma intransigência geral acho que não é possível. Isto não é dependência. Isto é ser coerentes com as alianças internacionais. Não há dependência nenhuma da minha parte: tenho os pés no chão e hoje não há independência total, há a minha posição».

E tudo indica que esta posição reflecte um saber de experiência feita...

Esta tem sido a prática do VI Governo: criado fiel e dócil do patrão — América? Mas atenção que «não é dependência». «E ter os pés assentes no chão».



# A luta dos trabalhadores não pode parar!

## OS OBJECTIVOS IMEDIATOS

A classe operária e o povo trabalhador começam a sentir na carne os efeitos do golpe reaccionário do 25 de Novembro.

Combater o desemprego, impedir os despedimentos e desenvolver a luta salarial contra o aumento da exploração e a subida do custo de vida são tarefas essenciais que hoje se colocam aos trabalhadores portugueses e que em conjunto têm de ser avançadas. Tarefas que se ligam, e têm de ser ligadas, directamente às grandes batalhas políticas contra a repressão sobre o Movimento Popular, contra a ameaça fascista e contra a consolidação do poder burguês que têm na reconstrução do aparelho repressivo do Estado (exército profissional, GNR, polícias) e na recuperação capitalista da economia, no momento presente, os seus triunfos maiores.

Nesta situação se a luta pela contratação colectiva ganha uma nova importância, até pela unidade que cria e pela unificação das reivindicações que tor-

na possível, ela só pode ser correctamente conduzida se:

1.º Não ficar exclusivamente pelo terreno dos aumentos salariais;

2.º Se integrar num movimento de luta mais geral que dê resposta às questões das empresas em crise, do desemprego (actual ou futuro).

Por outro lado a luta económica não pode ser impulsivada e ser traduzida num acumular de vitórias e de forças se os trabalhadores não organizarem a resistência à ofensiva burguesa defendendo e fortalecendo todas as formas concretas de organização, das comissões de trabalhadores e moradores às estruturas sindicais, não cedendo um palmo nas liberdades de reunião, informação e associação conquistadas e erguendo na batalha contra a exploração capitalista uma frente política que, buscando força nas movimentações reivindicativas, lhes dê sentido e lhes abra caminho, impedindo a consolidação do poder burguês.

## A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Após dois anos de intensa luta reivindicativa das massas trabalhadoras, de inúmeras experiências de controlo operário, de avanço e travagem da Reforma Agrária, de nacionalizações e intervenção do Estado nas empresas em crise, de continuada sabotagem económica do patronato explorador, qual é a situação da economia capitalista portuguesa?

### 1. O SECTOR ESTATAL DA ECONOMIA

O agravamento da crise económica suscitou um conjunto de medidas (nacionalizações e expropriações, limitações ao ordenado máximo, proibição dos despedimentos sem justa causa e outras) que afectaram significativamente a grande burguesia financeira, os grandes senhores proprietários da terra e a média e grande burguesia rural, e que, se dificultam a marcha do projecto burguês de fazer pagar a crise à classe operária e ao povo trabalhador, criaram um instrumento poderoso que agora se encontra nas mãos da burguesia, o sector estatal da economia. Com efeito, o Estado controla hoje, total ou maioritariamente, trinta e sete empresas, possuindo capital próprio de 84 milhões de contos; o sector estatal representa cerca de 30% do investimento efectuado e cerca de 20% do emprego total; e, sobretudo, é composto por empresas dos

sectores fundamentais, bancos e seguros, transportes e indústrias básicas, empregando cerca de 475 mil trabalhadores. Nas empresas com intervenção estatal trabalham cerca de 56 mil trabalhadores que produzem cerca de 3% do valor criado, empresas que no seu conjunto representam 5% do investimento.

No conjunto do sector da economia onde se faz sentir directamente a intervenção do Estado (sector público, empresas nacionalizadas, empresas com participação do Estado no capital e empresas sob intervenção estatal) temos:

**Sector estatal: Emprego** — 528 616, 22,5%; Valor criado (milhares de contos) — 72 149, 28,0%; Investimento (milhares de contos) — 29 633, 52,1%.

### 2. A DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO

O agudizar da crise capitalista levou a um decréscimo da produção baseado na queda da produção industrial já que o esforço e a luta dos trabalhadores rurais avançando na Reforma Agrária produziu ali um aumento significativo da produção.

Para o conjunto da indústria e da construção civil a quebra da produção, segundo os dados oficiais, andou no ano de 1975 pelos 10 a 12% com especial importância para os seguintes sectores:

(plásticos, inst. precisão, etc...)	23%
Construção de máquinas	
Têxteis	23%
Metalúrgicas de base	22%
Material eléctrico	14%
Material transporte (reparação e construção naval, montagem e reparação automóveis, etc.)	14%
Construção civil	12%
Indústrias extractivas	8%
Borracha	8%
Refinação de petróleo	6%
Papel e artigos de papel	5%
Químicas	5%
Produtos minerais (cimentos, cerâmica, vidro, etc.)	4%

Estas baixas de produção, que a burguesia tenta justificar pela «preguiça» de quem sempre trabalhou e trabalhará — a classe operária — são no essencial devidas à sabotagem económica do patronato, ao boicote do imperialismo às nossas exportações, às manobras das multinacionais que apenas buscam o lucro fácil, à crise das empresas que viviam à custa dos salários de fome e das matérias-primas coloniais mais baratas e em que a descapitalização engrossava sistematicamente o lucro individual, e ainda ao maior reflexo da crise capitalista: a quebra vertiginosa dos investimentos acompanhada do desvio de capitais para o estrangeiro.

No campo do investimento os dados mais importantes são os seguintes:

— Os investimentos do Estado efectuados apenas representam metade dos que estavam previstos no orçamento de 1975.

— A intenção de investimento dos capitalistas era no terceiro trimestre de 1975 metade do que era no primeiro e dez vezes menos do que no quarto de 1974.

— O investimento total realizado em 1975 representa menos 40% do que o investimento de 1974 que por sua vez já tinha sido mais baixo do que o de 1973.

### 3. A DEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO AO IMPERIALISMO

A dependência da economia portuguesa em relação ao imperialismo não tem parado de se agravar, sobretudo a partir da formação do VI Governo que passou ter um selo de classe muito mais nítido e pôs em prática uma política clara de salvação do capitalismo e submissão ao imperialismo que o golpe reaccionário do 25 de Novembro veio consolidar.

Em 1975 cerca de 27 milhões de contos em divisas saíram do País, fruto da enorme dependência em que o nosso país se encontra e que só no ano de 1975 fez com que as impor-

tações do estrangeiro fossem superiores em 43 milhões de contos às exportações.

Com este resultado esgotaram-se as reservas em divisas do Banco de Portugal entrando-se já no empenhamento do ouro e na obtenção de empréstimos no estrangeiro. Esses empréstimos que fazem já com que cerca de 1/3 do país se encontre ao dispor dos bancos estrangeiros, são feitos com condições políticas e económicas que têm intensificado fortemente a dependência do nosso país.

O reflexo da crise do imperialismo norte-americano e europeu levou a uma quebra muito importante das exportações tradicionais do nosso país em 1975:

Concentrado de tomate	57%
Madeira e cortiça	28%
Produtos químicos e matérias plásticas	39%
Têxteis	17%
Máquinas e material de transporte	12%
Material eléctrico	27%
Pasta para papel	26%

### 4. O DESEMPREGO

A crise económica capitalista representa sempre para os trabalhadores, miséria, desemprego e insegurança. Em 1975 furto dos despedimentos, da desmobilização militar, da redução da emigração que até aqui servia para esconder a falta de postos de trabalho, do aumento explosivo dos retornados e da enorme queda dos investimentos, o desemprego multiplicou-se por duas vezes e meia atingindo cerca de 400 mil pessoas, ou seja, cerca de 12% da população activa. Tudo isto sem contar com os milhares de trabalhadores que trabalham 2, 3 ou 4 dias por semana, seja por redução do horário na sua empresa, seja por viverem de trabalhos ocasionais como no caso da construção civil.

Embora os vários serviços oficiais divulguem informações contraditórias todas elas tendentes a mascarar a situação, o dado mais preciso é o fornecido pela direcção do Serviço de Emprego: segundo esta, enquanto em Abril de 1974 havia 2 desempregados por cada posto de trabalho novo, em Janeiro deste ano havia 5!

Os despedimentos têm lançado milhares de trabalhadores no desemprego e os capitalistas cada vez mais lançam mão ou ameaçam lançar mão dos despedimentos, com o objectivo de vergar a força do movimento popular e voltar trabalhadores uns contra os outros na concorrência por um posto de trabalho.

Os sectores em que mais se têm feito sentir os despedimentos e as situações do «meio-emprego» são os dos têxteis e vestuário, maciço e metalurgia e metalocivil e metalurgia e metalomecânica que no seu conjunto são responsáveis por cerca de 70% dos despedimentos totais.

No imediato da principal ameaça do novo surto de despedimentos encontra-se nas manobras das multina-

cionais e das empresas de capital estrangeiro que tentando a todo o custo forçar a redução dos salários que os trabalhadores conquistam fazem permanentes ameaças, e vão-nas concretizando, de despedimentos ou de redução dos dias de trabalho.

### 5. SALÁRIOS E PREÇOS

Um dos argumentos muito utilizados pela burguesia é o de que os trabalhadores portugueses têm hoje salários muito elevados vivendo sem dificuldades. Para vermos a falsidade deste argumento basta sermos trabalhadores, basta sentir

na carne a exploração e a subida do custo de vida. Outro argumento falso é o do «burguesamento» dos operários da cintura industrial de Lisboa que teriam salários elevadíssimos.

Vejam, segundo as próprias informações do Governo burguês a situação real.

Em Setembro de 1975 o salário médio era de 6300 escudos, depois de ter sido de 5700 em Janeiro de 1975 e 5400 em Setembro de 1974 — isto é, subiu 16,8% enquanto os preços subiram no mesmo período 18,7%!

A evolução dos salários médios por grandes categorias foi a seguinte:

	SET. 74	SET. 75
Pessoal dirigente, técnico e administrativo	9400	10 200
Pessoal comercial	6100	7 400
Pessoal operário qualificado	5000	5 900
Pessoal operário não qualificado	3900	4 700
Aprendizes e praticantes	2500	3 400

Isto é, o leque salarial reduziu-se mas as diferenças salariais continuam a ser muito importantes.

As diferenças salariais entre homens e mulhe-

res embora tendo-se reduzido, e mesmo tendo-se conseguido nalguns sectores e nalgumas categorias o princípio do salário igual a trabalho igual, continuam a ser muito importantes:

SETEMBRO 1975	Salário-médio	
	Homens	Mulheres
Pessoal técnico e administrativo	10 300	Esc. 7 500
Pessoal Comércio	7 900	5 800
Pessoal operário qualificado	6 400	4 600
Pessoal operário não qualificado	5 000	4 200
Aprendizes e praticantes	3 600	3 100

Entre os trabalhadores da produção, e sempre segundo os dados oficiais, verificou-se uma redução

das diferenças salariais entre os vários sectores e na zona de Lisboa:

	SALÁRIO DIÁRIO MÉDIO (ESC.)		
	Março de 74	Dez. 75	Aumento
Tecelões	120	202	60%
Pedreiros	177	225	27%
Soldadores	225	282	25%
Marceneiros	159	241	50%
Pasteleiros	143	230	62%
Electricistas	229	281	22%
Compositores	202	287	37%

Conseguindo a sua luta arrancar ao patronato aumentos salariais importantes, os trabalhadores portugueses não viram de maneira nenhuma afastar-se nem a ameaça permanente da miséria nem uma situação em que muitas necessidades ficam por satisfazer porque o salário não dá para tal. Hoje, cerca de 2/3 dos trabalhadores do nosso país ganham menos de 6 contos!

A resposta à pergunta se os trabalhadores viram melhoradas as suas condições de vida desde o 25 de Abril costuma ser dada pela comparação da subida de salários com a subida dos preços. Já vimos que

de Setembro de 1974 a Setembro de 1975 o salário médio real desceu, embora pouco. Vejam agora o que aconteceu desde 1974:

Os salários na indústria e transportes em Lisboa subiram 38% em 1974 e 15% em 1975, enquanto o custo de vida subiu de 29% em 1974 e 20% em 1975. Assim isto quer dizer que a subida do salário real, que em 1974 tinha sido nítida, já começou a ser devorada em 1975 e hoje os trabalhadores encontram-se quase na mesma situação de que em Abril de 1974! Com efeito, se os salários subiram nos últimos 2 anos 59%, os preços subiram 55 por cento por hoje e até aqui!

# MOÇAMBIQUE

## Após a vitória militar duras batalhas nas frentes política, económica e social

Concluimos hoje a transcrição parcial da **Resolução de Política Geral** aprovada na 8.ª reunião do Comité Central da Frelimo.

Este documento, que contém elementos de extrema importância para a luta de libertação dos explorados e oprimidos, retrata com vigor a luta de classes em Moçambique e a lucidez política e determinação combativa da Frelimo ao assumir a direcção da revolução moçambicana na nova fase aberta com a independência.

### ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica do nosso País caracterizava-se, nos últimos anos de dominação colonial, pelo desenvolvimento acelerado de uma burguesia colonial protegida pelo regime colonial-fascista, e cada vez mais dependente do capitalismo internacional. Tal desenvolvimento esteve intimamente ligado às derradeiras tentativas do colonialismo para permanecer em Moçambique.

O governo colonial tinha como objectivo agravar, cada vez mais, o regime de opressão do Povo Moçambicano e a situação de dependência da colónia, para defesa dos interesses da alta finança.

O avanço impetuoso da guerra popular de libertação obrigou os colonialistas a envolverem mais abertamente os seus aliados imperialistas. Assim, nas zonas ocupadas pelo inimigo, verificava-se nos últimos anos do regime colonial português um desenvolvimento económico artificial que se caracterizava pela proliferação e generalização de investimentos das grandes empresas capitalistas e por uma crescente pobreza da produção popular. Isto é, a riqueza produzida pela colónia dependia cada vez mais do sector capitalista avançado e a produção do povo cada vez representava menos.

A dependência era a característica dominante da vida económica das zonas ocupadas pelo inimigo:

— A dependência determinada pelos mercados a que se destinavam

as exportações de produção de Moçambique era agravada pela dependência das importações, nomeadamente em bens de equipamento, viaturas, peças e sobressalentes.

— A dependência em relação a Portugal foi-se transformando, à medida que a dimensão da economia aumentava, em dependência em relação à África do Sul. Concretamente, o controlo do imperialismo sobre a economia moçambicana passou a fazer-se por via das sucursais na África do Sul das grandes empresas multinacionais.

Porém, ao chegarmos às zonas ocupadas e ao tomar conta do aparelho económico que nelas existia, fomos influenciados pelo seu brilho exterior, pela quantidade de máquinas existentes e pela tecnologia nelas praticadas e caímos na prática de imitação sistemática, desprezando a nossa experiência e os nossos valores.

Começamos a desprezar o recurso às soluções populares. Em vez disso preferimos a solução tecnocrática que nos afastava cada vez mais do Povo e nos colocava na dependência das máquinas e dos técnicos, em regra geral estrangeiros. Deste modo desenvolveu-se o espírito de dependência em relação ao exterior, em vez de reforçarmos o nosso princípio de contar com as próprias forças. Ficámos subjugados pela técnica em lugar de colocar a política no posto de comando.

Importa quebrar radicalmente com esta relação de dependência e desencadear ao nível

das estruturas económicas a batalha pela criação de novos métodos de estudo, pela adopção de soluções populares baseadas na participação criadora dos trabalhadores e das massas, em geral. Nomeadamente, deverá ser estudada a forma de estabelecer a democracia e o poder da aliança operária-camponesa ao nível das estruturas económicas do Estado, assim como daquelas que se encontram sob o seu controlo pelo mecanismo das Comissões Administrativas.

### ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIAL

Sete meses após a independência, a vida social no nosso País continua a ser marcada em largas zonas pelos valores da sociedade antiga: divisionismo, sob várias formas — tribalismo, regionalismo, racismo, divisão na base da religião — gostos e modo de vida e de pensar da sociedade colonial-capitalista.

Os males sociais, tais como a prostituição e a droga, apesar do combate frontal contra eles desenvolvidos ainda não foram inteiramente liquidados. Alguns pretendem ainda conciliar a nova situação com a manutenção dos vícios e defeitos da antiga sociedade que continuam a considerar «coisas boas da vida», mas que, na realidade, reflectem a decadência social e moral do capitalismo.

Esta situação não nos deve causar surpresa pois o combate contra esses vícios acaba apenas de começar e ainda não foi assumido por todos como parte integrante da Revolução.

Como no passado, devemos continuar a combater o tribalismo, o regionalismo e o racismo. A nossa experiência mostrou-nos que as massas nunca são tribalistas. Nunca durante a Luta, um camarada se sentiu um estranho por estar a



desempenhar as suas tarefas num lugar diferente daquele de onde era originário. O tribalismo, o regionalismo ou racismo apareceram sempre como arma dos ambiciosos na sua luta pela conquista do poder.

### A SITUAÇÃO POLÍTICA NO SEIO DA FRELIMO

A análise a que se procedeu anteriormente do período de transição e dos seus efeitos no seio da nossa Organização deve constituir matéria de estudo profundo para que os militantes da FRELIMO enriqueçam a sua capacidade de análise e sejam capazes de enfrentar correctamente as situações da nossa fase. Retomemos alguns dos seus aspectos essenciais.

Como se pode caracterizar a situação no seio da nossa Organização?

### A NÍVEL DA BASE

Uma das palavras de ordem lançadas pela Direcção da FRELIMO no momento no início da fase de transição foi a da criação dos Comités do Partido nas fábricas, nas empresas, nas aldeias, nos escritórios, nas escolas, nos portos, nos bairros, enfim, em todos os sectores da vida social e económica.

Esse trabalho foi largamente desenvolvido através da criação das estruturas de base que são hoje os Grupos Dinamizadores. No entanto, dada a fase do trabalho político em que nos encontramos hoje, os Grupos Dinamizadores possuem uma natureza mista, pois contêm em si ao mesmo tempo vários conteúdos: são organizações de enquadramento das largas massas, são reservatórios de quadros, estruturas embrionárias para o Poder Popular Democrático e são a estrutura onde se forjaram os militantes que for-

marão o núcleo de vanguarda mais consciente ideologicamente e mais dinâmico.

### A NÍVEL DOS QUADROS

A análise do período de transição mostrou que, se houve quadros da FRELIMO que resistiram às dificuldades e tentações criadas pela nova fase, outros houve que foram afectados; em certos casos, houve um profundo abalo das mentalidades e que correspondeu a uma verdadeira deserção moral para a zona do inimigo.

### AO NÍVEL DA DIRECÇÃO

A grande implantação e apoio popular de que goza a nossa Organização à escala de todo o país, permite-nos hoje considerar que a acção da reacção tem reduzidas possibilidades de sucesso numa operação frontal contra a FRELIMO. A sua tática consistirá cada vez mais em utilizar elementos da FRELIMO para destruir a FRELIMO, recorrendo mesmo a elementos da Direcção quando veja oportunidade de o fazer.

Os dados de que se dispõe de momento sobre os acontecimentos de 17/18 de Dezembro ilustram bem esta tática.

No passado foi a luta armada que desempenhou o papel de agente acelerador da transformação das consciências. Hoje, a batalha fundamental que se desenvolve é a da reconstrução nacional através do processo da produção e da luta de classes. Só engajando-nos activamente nesta batalha poderemos assumir intimamente a dimensão da fase presente e temperar a nossa consciência ao fogo das novas tarefas.

Por esta razão os membros da Direcção, os quadros do Partido e das FPLA, e os militantes em geral, devem enga-

### AS NOSSAS TAREFAS ATÉ AO III CONGRESSO

Podemos afirmar que este período, que vai decorrer até à realização do III Congresso, representará mais uma dura batalha, para a consolidação do Poder Popular Democrático no nosso País, batalha em que operários, camponeses, intelectuais e funcionários patriotas, todas as camadas sociais patrióticas moçambicanas, qualquer que seja o sector de actividade de cada um, saberão implantar organizada e colectivamente os resultados desta histórica 8.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO.

Nesta fase de agudização da luta de classes no nosso país, para que mais do que nunca possamos dar o devido respeito e valor ao sangue derramado durante a luta secular de libertação, para que possamos neutralizar e eliminar as manobras e sabotagens de toda a espécie dos resíduos da burguesia colonial e dos seus agentes internos, para que saibamos escorraçar devidamente qualquer agressão estrangeira contra a integridade física do nosso Povo e a soberania da nossa República Popular, para edificarmos a base económica do nosso desenvolvimento e progresso, baseando-nos acima de tudo no princípio de contarmos com as nossas próprias forças e reforçando a nossa vigilância revolucionária **DESENCADEMOS UMA OFENSIVA política e ORGANIZACIONAL GENERALIZADA NA FRENTE DA PRODUÇÃO!**

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 27 de Fevereiro de 1976

Poder Popular 11

# Para uma sociedade mais justa

(Extractos do manifesto divulgado por Otelo ao anunciar aceitar candidatar-se à Presidência)

... Declaro assim, publica e formalmente, aceitar a minha candidatura à Presidência da República, contando sobretudo com o apoio concedido pelas organizações populares de base, as Comissões de Trabalhadores, os Conselhos de Aldeia e as Comissões de Moradores, que com a sua militância activa prometem participar arduamente na unidade dos trabalhadores e do Povo Português em torno de um projecto que nos abra o caminho para uma sociedade socialista.

Quando na madrugada do 25 de Abril de 1974, juntamente com alguns companheiros de armas, tomei a responsabilidade de conduzir o derrube do regime fascista que oprimia o Povo Português, havia em nós o sonho de construir na nossa terra uma sociedade mais livre, que assegurasse a todos os seus filhos uma existência mais humana e mais justa.

Dois anos se passaram, muito ricos de ensinamentos e de experiências. Temos a consciência de que os trabalhadores e o Povo Português ganharam alguma coisa com o 25 de Abril. Mas também temos a convicção de que se alguma coisa foi feita, muito mais está por fazer, muitos erros estão ainda por corrigir, muitas injustiças estão ainda por reparar.

## 25 DE NOVEMBRO — ENORME MAQUINAÇÃO

(...) Mas não poderei deixar de denunciar as arbitrariedades cometidas no 25 de Novembro. Centenas de camaradas foram afastados das suas funções sem provas de uma acção política ou militar contra os interesses dos trabalhadores e do Povo Português, e sem qualquer julgamento.

A história denunciará o 25 de Novembro como uma enorme maquinação destinada a desviar o processo revolucionário da linha de pureza que as classes trabalhadoras e militares generosos e progressistas lhe imprimiram.

## SOLDADOS SEMPRE AO LADO DO POVO

(...) Não poderei deixar de denunciar a tentativa de algumas correntes políticas no sentido de recuperarem as Forças Armadas para actuações que não visam defender o nosso Povo.

As nossas Forças Armadas pertencem a um País traído pelos políticos do regime fascista, que sem consultar os portugueses nos envolveram em guerras de antemão perdidas, contra a justa e legítima vontade libertadora dos povos colonizados.

Os militares não podem voltar a ser o joguete nas mãos dos novos senhores da política, «marionetes» para desfiles ou paradas, e muito menos polícias para provento de meia dúzia de donos deste País.

Também não devemos reservar-nos para lugares de Administração Pública ou de empresas, pois não foi para tal que nos preparámos técnica e moralmente. O Povo com o qual fizemos uma aliança desde a madrugada do 25 de Abril, espera a colaboração das F.A. Há herdades em todo o Portugal onde os trabalhadores precisam de apoio à sua organização, há inúmeras aldeias sem electricidade, sem água, sem esgotos, sem meios de comunicação, sem assistência sanitária. Há milhares de pequenos lavradores que precisam do nosso entusiasmo e da nossa disponibilidade para os ajudar nas suas cooperativas e no transporte dos produtos, de modo a retirá-los das garras dos especuladores e parasitas.

12 Poder Popular

Há ainda milhares de portugueses que vivem em barracas nas cinturãs das nossas grandes cidades, que precisamos do nosso apoio em máquinas e em braços, pois o problema da habitação só na conversa balofo dos políticos estará resolvido nos próximos anos. Do Minho ao Algarve, na Madeira e nos Açores há dificuldades de comunicação que impedem o transporte de doentes ou sinistrados, há a defesa das populações contra o terrorismo e a delinquência crescente. Essas são as tarefas que temos de apoiar, colaborando com as forças militarizadas.

Algumas destas coisas chegaram a ser feitas porque há tantas queixas nas zonas rurais é porque esta orientação não foi levada tão longe quanto possível. Sejam, pois, Forças Armadas de um País, cumpridor das suas obrigações. Trabalhemos fraternalmente com os povos do mundo inteiro e em especial com as novas nações de África de expressão portuguesa e com os povos do Terceiro Mundo. Sejam as Forças Armadas da Paz e não da guerra. Reabilitemo-nos, assim, do suporte que demos ao regime opressor.

## A DEFESA DA CONSTITUIÇÃO

Aceito as regras do jogo democrático para a formação do Governo. Aceito cumprir e defender a Constituição. Mas quero dizer aos meus camaradas do MFA que o nosso papel, em aliança com o Povo, é o de prosseguir o 25 de Abril, colaborando nas tarefas de reconstrução nacional.

(...) A Constituição e o programa do Governo legitimados pela vontade popular são formas legais e de estabilização da vida política do País, que só têm valor se defenderem os interesses do Povo. A caminhada para a sociedade socialista é longa e exige a mobilização de todos os trabalhadores. A transição para uma sociedade socialista que havemos de construir, requer que seja aprofundada e desenvolvida a prática democrática nas organizações populares de base, nas Comissões de Trabalhadores, nas Comissões de Moradores, nos Conselhos de Aldeia, nas Cooperativas e Associações.

(...) Importa ainda falar da descolonização. Durante centenas de anos houve povos africanos esmagados pela exploração colonial. Com o 25 de Abril as Forças Armadas abriram caminho para acabar com

essa exploração e com guerras injustas que duraram 14 anos. Milhares de pessoas foram mortas e muitas mais sofreram na carne as consequências da violência colonizadora. Milhões de contos foram inutilizados sem quaisquer benefícios para as populações que os pagaram. Cumpram manifestar a nossa alegria pela paz e pela independência desses povos, lamentando que todo esse esforço não tivesse antes sido posto ao serviço das populações portuguesas e africanas atingidas. O povo português ganhou rapidamente consciência de que a sua liberdade passa também pela liberdade dos outros povos, de que os nossos verdadeiros interesses são também os interesses dos povos que conquistaram finalmente a sua independência.

A nossa dependência do estrangeiro é cada vez maior e quase se mendigam empréstimos que aumentam progressivamente. Mas os investimentos necessários para resolver o grave problema do desemprego não se fazem.

(...) Os militares que marcharam, generosos, pelas estradas do País na madrugada do 25 de Abril, assumiram um compromisso e uma responsabilidade que só ilusoriamente poderão ser distintas dos interesses do povo e dos seus filhos, que servem a nação nas Forças Armadas.

## A OPÇÃO INEVITÁVEL

A crise e a ruptura entre as classes com interesses opostos serão inevitáveis. Uma certa «ordem» virá a ser exigida ao serviço da burguesia, da classe ainda dominante. Aí terão de fazer os militares a sua opção.

Ou o diálogo entre cidadãos livres de um país livre e democrático, ou a violência repressiva contra os trabalhadores e a cedência às exigências dos grandes capitalistas que quereirão retomar aquilo de que foram desapossados. A recuperação pelo capital não poderá ser democrática pois teria de ser paga pela maioria, pelos trabalhadores.

Opção histórica, nesta oportunidade rara que o 25 de Abril ainda é. O Povo Português conhece já a minha escolha e a dos camaradas que comigo colaboraram. Pertencemos ao MFA aliado do povo que o 25 de Abril libertou. Batemo-nos por umas Forças Armadas, onde reina a ordem e a disciplina, mas uma ordem e uma disciplina postas ao serviço das ne-

cessidades dos mais humildes, como sempre se fez no Copcon, e não uma ordem e uma disciplina que constituam pretextos para reprimir os trabalhadores.

Se for eleito continuarei com a vossa ajuda a mesma política no longo caminho para a construção de uma sociedade socialista, isto é, duma sociedade mais justa sem exploradores nem explorados, uma sociedade que os trabalhadores e o povo português ambicionam e merecem.

## OS TEMAS CENTRAIS DA CAMPANHA

Resumo, apresentando sucintamente os pontos principais onde se centrará esta campanha, porque correspondem neste momento às aspirações e às necessidades mais profundas do nosso povo.

A Reforma Agrária e as nacionalizações tornaram-se promissoras realidades que, se forem controladas pelos trabalhadores, podem mudar a fisionomia da nossa economia colocando-a ao serviço do Povo. Através desta candidatura lutaremos por defender estas conquistas dos trabalhadores, consubstanciadas na Constituição, pela garantia da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário e das liberdades para o Povo.

Lutaremos pela independência nacional, colocando os interesses do Povo Português acima das pressões internacionais e solidarizando-nos com os povos oprimidos, muito especialmente com as novas nações africanas de expressão portuguesa.

Lutaremos ainda pela unidade nacional, contra a divisão entre os portugueses das cidades e os portugueses dos campos, contra a divisão entre os trabalhadores do Norte e os trabalhadores do Sul, pela unidade entre os agricultores pobres do Norte e os trabalhadores do Sul, pela unidade do povo do Continente e o povo das Ilhas.

Lutaremos pelo desenvolvimento e consolidação das organizações populares de base que exprimam democraticamente a vontade das populações e que devam progressivamente assumir no dia a dia o controlo e as decisões sobre o seu destino colectivo.

Lutamos pela melhoria das condições de vida da nossa população porque o 25 de Abril foi feito para melhorar a vida dos trabalhadores e do povo, e não para a piorar, porque a sociedade socialista pela qual trabalhamos tem de se traduzir em aumento dos bens e serviços essenciais à disposição dos trabalhadores e do Povo e diminuição dos seus preços.

Lutamos ainda por umas Forças Armadas unidas e disciplinadas sim, mas postas ao serviço do Povo Português, ao qual pertencem e que lhes paga, e não por umas Forças Armadas para reprimir os trabalhadores como se pretendia no tempo do fascismo e como muitos hoje voltam a desejar.

Não vivemos ainda nem em democracia nem em sociedade socialista. O poder ainda não está efectivamente nas mãos dos trabalhadores e do Povo, a exploração e as injustiças ainda não acabaram e para os trabalhadores o custo de vida continua a subir. Mas só na unidade dos trabalhadores e de todo o Povo Português conseguiremos caminhar para uma efectiva melhoria das condições de vida da nossa população. Na unidade dos trabalhadores avançaremos para uma sociedade socialista onde os portugueses decidirão democraticamente e colectivamente o seu destino. Esta unificação das acções dos trabalhadores é mesmo um objectivo fundamental desta candidatura.

